

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2991

**A DINÂMICA DAS ESTRUTURAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR
NA REGIÃO CENTRO-OESTE:
UMA ANÁLISE REGIONAL POR
MEIO DE INDICADORES DE
LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO**

MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES



**A DINÂMICA DAS ESTRUTURAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR
NA REGIÃO CENTRO-OESTE:
UMA ANÁLISE REGIONAL POR
MEIO DE INDICADORES DE
LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO¹**

MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES²

1. As opiniões expressas neste texto para discussão são de inteira responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, a posição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Registramos nossos agradecimentos pelos comentários, críticas e sugestões aos pareceristas, os as quais não têm qualquer responsabilidade quanto a erros ou omissões aqui cometidos.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Pires, Murilo José de Souza

A Dinâmica das estruturas da agricultura familiar na região Centro-Oeste : uma análise regional por meio de indicadores de localização e especialização / Murilo José de Souza Pires. – Rio de Janeiro: Ipea, 2024.

53 p. : il., gráfs., mapas. – (Texto para Discussão ; n. 2991).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Estrutura Agrícola. 2. Agricultura Familiar. 3. Centro-Oeste. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 338.10981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

PIRES, Murilo José de Souza. **A dinâmica das estruturas da agricultura familiar na região Centro-Oeste** : uma análise regional por meio de indicadores de localização e especialização. Rio de Janeiro : Ipea, abr. 2024. 53 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2991). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2991-port>

JEL: R11.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	7
2 PRINCÍPIOS GERAIS DO PADRÃO ESTRUTURAL DE UMA ECONOMIA SUBDESENVOLVIDA	11
3 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL E NORMATIVA DA AF	17
4 EFEITOS DO SUBDESENVOLVIMENTO NA ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA: O CASO DO CENTRO-OESTE	21
5 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA AF NA REGIÃO CENTRO-OESTE: O CASO DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	32
6 OBSERVAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	48

SINOPSE

O objetivo deste trabalho, seguindo as diretrizes traçadas em Pires (2023b e 2023c), é entender como se caracterizaram as estruturas agrícolas da agricultura familiar (AF) centro-oestinas, em suas formas multiescalares, quanto aos seus aspectos de localização e especialização. Para tanto, verifica-se que a estrutura agrícola da AF na região Centro-Oeste está reproduzindo, com as devidas proporções, o movimento mais geral da agricultura centro-oestina, que é a especialização regressiva em culturas condicionadas por *commodities* agrícolas, como a soja e o milho, que, juntos, responderam por pouco mais de 75% do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) da AF em 2017. Este ponto torna-se de suma importância para o debate da segurança alimentar e nutricional porque a AF tem um papel singular no processo de desenvolvimento econômico de uma nação, uma vez que sua função é produzir alimentos voltados para abastecer o mercado interno e, com isso, reduzir os riscos de escassez de alimentos, uma vez que todos tenham acesso regular e permanente a fontes de alimentos, e reduzir o perigo da fome e carestia. Por sua vez, a AF da região Centro-Oeste, ao se tornar grande produtora de *commodities* agrícolas, soja e milho, desloca parcela importante da sua produção agrícola para atender às demandas provenientes, em especial, do bloco econômico formado por China, Hong Kong e Macau, uma vez que seu espaço agrícola, com essas *commodities*, é penetrado de forma dispersa, alcançando muitos municípios produtores de soja e milho. Em contrapartida, culturas voltadas para atender ao mercado interno ficam concentradas em poucos municípios, reduzindo sua importância no contexto agrícola familiar da região Centro-Oeste. Desse modo, o movimento de transformação da estrutura agrícola da AF centro-oestina está seguindo os mesmos caminhos das vantagens comparativas ricardianas vivenciado para a agricultura em geral, porém, com a especificidade de ocorrer em um cenário de redução da participação da AF no valor da produção regional.

Palavras-chave: estrutura agrícola; agricultura familiar; Centro-Oeste.

ABSTRACT

The objective of this work, following the guidelines outlined in Pires (2023b and 2023c), is to understand how the agricultural structures of family farming in the Midwest were characterized, in their multi-scale forms, regarding their aspects of location and specialization? To this end, it appears that the agricultural structure of family farming in the Central-West region is reproducing, with due proportions, the more general movement of Central-Western agriculture, which is the regressive specialization in crops conditioned by agricultural commodities such as soybeans and corn, which together accounted for just over 75% of the Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) of family farming in 2017. This point becomes extremely important for the debate on food and nutritional security because family farming has a unique role in the process of economic development of a nation, since its function is to produce food aimed at supplying the domestic market and, with this, reducing the

risks of food shortages, since everyone has regular and permanent access to food sources and, with this, reduce the danger of hunger and famine. In turn, family farming in the Central-West region, by becoming a major producer of agricultural commodities, soybeans and corn, shifts an important portion of its agricultural production to meet demands coming, in particular, from the economic bloc of China, Hong Kong and Macau, since its agricultural space, with these commodities, is penetrated in a dispersed way and, with this, reaching many municipalities producing soybeans and corn. On the other hand, crops aimed at serving the domestic market are concentrated in a few municipalities, therefore reducing their importance in the family agricultural context of the Central-West region. In this way, the movement of transformation of the agricultural structure of family farming in the Center-West is following the same paths of Ricardian Comparative Advantages experienced for agriculture in general, however, with a specificity, that is, in a scenario of reduced participation of family farming in value of regional production.

Keywords: agricultural structure; family farming; Midwest.

1 INTRODUÇÃO

As transformações na estrutura produtiva agrícola da região Centro-Oeste, nas últimas três décadas, têm reforçado o crescimento de culturas relacionadas com *commodities*, as quais apresentam como objetivo a exportação, como os casos da soja, do milho, do algodão e da cana-de-açúcar. Essas observações foram destacadas em Pires (2023c), que investigou as singularidades da estrutura agrícola da região Centro-Oeste entre 1995 e 2021. No entanto, essa tendência é um caso particular, mas não único, de um movimento mais amplo que se cristalizou no contexto das metamorfoses das estruturas agrícolas regionais, as quais ganharam novos impulsos com a integração da economia nacional aos eixos de expansão dos mercados globalizados durante a Terapia de Choque,¹ a qual foi vivenciada pela economia brasileira desde os anos 1990, conforme apontado por Pires (2023b).

Nesse sentido, objetiva-se desvelar novas particularidades do fenômeno agrícola centro-oestino, complementando, por conseguinte, a tríade de estudos relacionados com os indicadores regionais de localização e especialização, os quais foram adotados para se compreenderem as mudanças nas estruturas produtivas agrícolas regionais, e, em particular, para o caso da região Centro-Oeste. Para tanto, esta investigação avança por um vetor não explorado nos estudos anteriores, qual seja, as transformações nas estruturas produtivas agrícolas da agricultura familiar (AF) na região Centro-Oeste.

Por essa razão, o objetivo deste trabalho, seguindo as diretrizes traçadas em Pires (2023b e 2023c), é entender como se caracterizaram as estruturas agrícolas da AF centro-oestinas, em suas formas multiescalares, quanto aos seus aspectos de localização e especialização. Para tanto, adota-se a hipótese de que a AF, em um contexto de comoditização do espaço agrícola da região Centro-Oeste, também está vivenciando esse processo de especialização produtiva, o qual reduz o grau de diversidade produtiva de produtos agrícolas relacionados com a segurança alimentar, ou seja, que garantam o acesso de todos os brasileiros aos alimentos adequados para suas necessidades alimentares e nutricionais, assim como para a redução dos impactos negativos relativos à carestia.

Dessa maneira, este trabalho se justifica porque é necessário compreender como se edificou a estrutura produtiva e espacial da AF na região Centro-Oeste, já que, assim, pode-se verificar se sua produção está aderente aos princípios estabelecidos para a

1. Para maiores detalhes sobre o conceito, consultar Klein (2008).

segurança alimentar e nutricional e para a diversificação produtiva e a preservação do meio ambiente.

Para esse propósito, é indispensável ressaltar que o contexto lato vivenciado pela produção agrícola da região Centro-Oeste é marcado pela especialização produtiva,² sobretudo no caso das culturas voltadas para servir as demandas do mercado internacional, particularmente aquelas relacionadas com o bloco econômico formado por China, Hong Kong e Macau.³ Nesse sentido, a especialização produtiva em culturas, por exemplo, da soja, do milho e da cana-de-açúcar, pode condicionar as decisões produtivas dos agricultores familiares no sentido de incentivarem a produção de algum tipo de produto em suas unidades produtivas familiares.

Em contrapartida, é importante enfatizar que não é objetivo desta investigação compreender os determinantes das decisões microeconômicas dos agricultores familiares na alocação de seus fatores de produção para estabelecerem o que, quando, como e onde produzir seus produtos em suas unidades produtivas familiares. A essência do trabalho é somente verificar o que é produzido e como se encontra essa produção em termos de localização e especialização produtiva no espaço agrícola da região Centro-Oeste.

Para tal objetivo, adota-se uma abordagem estruturalista, que tem o intuito de reconstruir o "concreto pensado" como resultado da subsunção de duas forças que se entrelaçam, no tempo e no espaço, movimentando, assim, as estruturas produtivas da AF na região Centro-Oeste. A primeira delas é estática, pois representa um ponto no espaço e no tempo que desvela alíquotas da representação do objeto real e estabelece como os elementos econômicos estão edificados e tecidos na estrutura produtiva agrícola familiar na região Centro-Oeste.

A outra força é dinâmica, pois coloca esses elementos econômicos em uma perspectiva de movimento, ou seja, como processo que se desenrola no tempo e no espaço, cujo resultado vai moldando e condicionando uma estrutura produtiva marcada por parâmetros que evoluem dentro dos marcos determinados por uma economia de industrialização tardia, dependente e subdesenvolvida.

No caso das forças estáticas, serão desveladas por meio de métodos matemáticos estabelecidos pelo quociente de locacional (QL), que foi definido como um indicador

2. Para maiores detalhes, consultar Pires (2023a e 2023b).

3. Para maiores detalhes, consultar Pires (2023a).

TEXTO para DISCUSSÃO

que tem o propósito de comparar a participação de um produto no total de produção de uma região específica, porém em um contexto tecido pela participação de todos os produtos e de todos os setores agrícolas de uma região de referência.

$$QL = \frac{(E_{ij}/\Sigma_j E_{ij})}{(\sum_i E_{ij}/\Sigma_i \Sigma_j E_{ij})} \quad (1)$$

Desse modo, se constrói uma matriz do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) da AF, a qual se encontra distribuída em seus vetores setorial e regional. Assim sendo, os 38 produtos agrícolas que constituem a tessitura da estrutura produtiva agrícola da AF na região Centro-Oeste são os seguintes: abacaxi, açafrão, açaí, algodão arbóreo, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata inglesa, borracha seringueira, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, castanha de caju, castanha-do-brasil, cebola, centeio, cevada, cogumelo, feijão, fumo, gergelim, girassol, inhame e cara, laranja, mamona, mandioca, milheto, milho, pimenta-do-reino, soja, sorgo, tomate, trigo e uva.

Para tanto, adotam-se as seguintes variáveis:

- E_{ij} = VBPA no setor i da região j ;
- $E_{.j} = \sum_i E_{ij}$ = VPA em todos os setores da região j ;
- $E_{i.} = \sum_j E_{ij}$ = VPA no setor i de todas as regiões; e
- $E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = VPA em todos os setores de todas as regiões.

Por sua vez, para a elaboração dos cartogramas de distribuição espacial dos atributos por cultura, foram adotados os seguintes parâmetros do QL, definidos em Lima *et al.* (2006, p. 11).

- $QL \leq 0,49$ = significa que há um padrão de *localização fraco*, quer dizer, a região tem importância relativa inferior àquela verificada para a região de referência;
- $0,50 \leq QL \leq 0,99$ = significa que existe um padrão de *localização médio*, isto é, a região tem uma importância relativa próxima àquela verificada para a região de referência;
- $QL \geq 1$ = significa que há um padrão de *localização significativo*, ou seja, que a região tem uma importância relativa bem superior àquela verificada para a região de referência;

Além disso, utilizou-se também o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) para verificar o grau de dispersão e concentração de um atributo no contexto da produção agrícola da AF da região Centro-Oeste.

$$IHH = \sum_{i=1}^n (x_{ik} / x_k)^2 \quad (2)$$

Para tanto, os parâmetros utilizados para o IHH foram definidos em Macedo (2010, p. 125) que destacou:

Para medidas de concentração/diversificação dos mercados de destino e da estrutura de exportação, utilizou-se o tradicional Índice Hirschman-Herfindahl (IHH), muito comum para esse tipo de análise. Valores abaixo de 0,0100 indicam desconcentração; > 0,0100 e < 0,1000, baixa concentração; > 0,1000 e < 0,1800, concentração moderada; > 0,1800, alta concentração.

Por fim, os dados relativos ao VBPA da AF provenientes das declarações de aptidão da agricultura familiar (DAPs) ativas e válidas em julho de 2017 se encontram no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o qual é regulamentado pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Outras informações relacionadas com a AF foram elaboradas a partir dos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017, que estão sistematizados em Guanziroli, Sabato e Buainain (2020).

Assim, este trabalho está dividido em seis seções, distribuídas da seguinte forma: a primeira seção faz uma introdução sobre a problemática investigada, destacando seus aspectos metodológicos e a estrutura para a tecitura do argumento; na seção 2, se apresentam os princípios gerais do padrão estrutural de uma economia subdesenvolvida, a qual edifica os eixos centrais do cenário em que será tecida a narrativa, quer dizer, como se formou uma economia periférica e subdesenvolvida; na terceira seção, destaca-se a abordagem conceitual sobre a AF que será delineada na investigação; a quarta seção destaca os efeitos do subdesenvolvimento na estrutura produtiva da região Centro-Oeste; e a quinta seção, por sua vez, mostra as evidências empíricas relacionadas com o padrão de localização e especialização da AF na região Centro-Oeste em 2017; por fim, apresentam-se as observações finais, destacando-se os principais pontos encontrados no processo investigativo.

2 PRINCÍPIOS GERAIS DO PADRÃO ESTRUTURAL DE UMA ECONOMIA SUBDESENVOLVIDA

As representações capturadas, enquanto manifestações da realidade da AF, são exteriorizações fenomênicas que retratam a subsunção de forças, que se entrelaçam em espiral ascendente em gradações de afirmações e de negações, as quais são tecidas em um contexto marcado por transformações ou por bloqueios que eclodem de suas estruturas fundiária e agrícola.

Essas forças edificam o processo de formação econômica de uma nação, a qual se objetiva em seu tempo histórico, porém englobando forças antagônicas pretéritas que avançam para o *porvir*, entrelaçadas em suas contradições. Nesse sentido, é importante ressaltar, primeiramente, que a constituição das estruturas produtivas nessas economias é reflexo da forma que se cristalizou a divisão social do trabalho e do progresso técnico entre as nações centrais e as nações periféricas.

Desse modo, as economias centrais passaram por revoluções industriais em momentos históricos, diferenciando-se *vis-à-vis* as economias periféricas, fato que teve um peso essencial para a construção de estruturas produtivas mais homogêneas ou heterogêneas. A Inglaterra foi a pioneira na Revolução Industrial, seguida por Estados Unidos, França e Alemanha, com suas industrializações de primeira onda, e depois por Japão e Rússia, com suas industrializações de segunda onda.⁴

No caso das economias periféricas, o seu processo de industrialização aconteceu em um momento histórico no qual os investimentos produtivos e tecnológicos para a constituição das estruturas de oferta desses países já tinham se objetivado e maturado. Esse fato refletiu nas mudanças quantitativas e qualitativas da forma de produzir dessas economias, uma vez que a circunstância histórica e concorrencial do processo de reprodução ampliada do capital era diferente daquelas encontradas pelos países de industrialização originária, de primeira e segunda ondas.

Os esforços para a industrialização das economias periféricas eram mais acentuados, seja no nível da forma e do conteúdo do capital, plantas industriais, complexidade tecnológica, período de maturação do investimento etc., seja no da própria concorrência existente entre os capitais, dado que as empresas eram erigidas em estruturas oligopolizadas e monopolizadas, exigindo, assim, novos padrões de financiamento e tecnológicos que não eram próprios de economias periféricas.

4. Para maiores detalhes, consultar Barbosa de Oliveira (2003).

Por essa razão, os processos de modernização das estruturas produtivas das economias periféricas eram mais complexos e dependentes de uma institucionalidade que avançasse com os projetos de investimentos, aos quais o capital privado não se lançaria para a ampliação e a transformação da capacidade produtiva da economia. Desse modo, a edificação e a constituição da ossatura do Estado tornaram-se fatores centrais para o avanço do projeto de industrialização destas economias periféricas.⁵

Por conseguinte, as estruturas produtivas dessas economias periféricas ou de industrialização tardia foram marcadas por uma formação econômica condicionada pelo subdesenvolvimento. Para Furtado (1965, p. 184), “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”.

O subdesenvolvimento, além de não representar uma etapa de desenvolvimento econômico de uma nação, é fruto da forma de difusão desarmônica do capital pelo corpo das economias periféricas. Dessa maneira, os impulsos das inovações tecnológicas,⁶ na forma de novos produtos, de novos processos de produção e transportes, de novas fontes de matérias-primas, de novos mercados ou de novas formas de organização empresarial e mercadológicas, penetraram de forma assimétrica entre os agentes econômicos, constituindo uma heterogeneidade estrutural e produtiva.

Por tudo isso, a heterogeneidade estrutural e produtiva deve ser compreendida conforme apontado por Pinto (2000a, p. 575): “(...) a capacidade de irradiação ou impulsionamento do ‘setor moderno’ revelou-se, para dizer o mínimo, muito menor do que a esperada. Assim sendo, mais do que um processo para a ‘homogeneização’ da estrutura global, perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade.”

5. Para maiores detalhes, consultar Tavares (1974), Silva (1976), Aureliano (1981), Draibe (1985), Mello (1991) e Cano (2007).

6. Para Schumpeter (2017, p. 117, grifo nosso), “O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não só não é, como não pode ser estacionário. E o caráter evolucionário do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica transcórrer em um ambiente social e natural que se transforma incessantemente e cujas transformações alteram os dados da ação econômica; esse fato é importante, e essas mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) geralmente condicionam as mutações industriais, mas não são a sua principal causa motriz. Esse caráter evolucionário também não se deve a um crescimento quase automático da população e do capital ou aos caprichos dos sistemas monetários, que tampouco figuram entre as suas principais causas motrizes. *O impulso fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é dado pelos novos bens de consumo, os novos métodos de produção ou transporte, os novos mercados e as novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista*”.

Constitui-se nas economias periféricas uma economia dual, na qual o moderno e o atrasado convivem no mesmo espaço e tempo, condicionando, assim, o seu processo de formação econômica e social. Para Furtado (2013, p. 128),

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, o resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

Por tudo isso, observa-se que o projeto de modernização das estruturas produtivas das economias periféricas não se cristalizou da mesma forma e magnitude daqueles verificados nas economias centrais, uma vez que ampliou o hiato do grau de heterogeneidade estrutural e produtiva das economias periféricas. Isso posto, o fator marcante no processo de transformação estrutural, resultado da síntese da subsunção entre as forças modernas e as forças atrasadas, foi o aprofundamento de um estilo de desenvolvimento que poderia conduzir a nação pelos rumos do moderno ou da barbárie.⁷

Isso se objetivou porque o processo de modernização das estruturas econômicas nacionais foi subordinado pela forma como o desenvolvimento nacional foi moldurado, enquanto processo de transformação das condições de vida das pessoas e das estruturas produtivas, quer dizer, pelas condicionalidades estabelecidas pelo pacto político tecido no Estado brasileiro, o qual não permitiu a construção de um projeto nacional como aqueles instituídos nas economias centrais. Mas, sim, houve a edificação de um pacto econômico e político que instituiu uma orquestração entre as frações de poder para consolidar o processo de modernização conservadora, quer dizer, para que tudo mudasse, porém ficando da forma como era antes.⁸

Para Pires (2008, p. 13), a

modernização conservadora ou as revoluções vindas de cima teve como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um

7. Como destacou Furtado (2013, p. 275, grifo nosso), "O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social".

8. Para maiores detalhes, consultar Pires (2008).

pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados.

No caso das estruturas econômicas, o tempo da transformação avançou pelos caminhos produtivos, em especial difundindo de forma assimétrica os frutos do progresso técnico entre os agentes econômicos, porém bloqueando os canais de acesso universal à propriedade, à posse e ao uso da terra. Como apontou Rangel (2005, p. 84),

(...) uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora a sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época.

Portanto, o fruto dessa aliança entre os proprietários rurais e a classe capitalista nascente não constituiu e, muito menos, estruturou uma forma mais evoluída e democrática de pacto político que acelerasse, pelo uso crescente do progresso técnico, as transformações mais equânimes, seja na estrutura fundiária, seja na estrutura agrícola, para superarem a dualidade da economia, como também as condições estabelecidas pelo subdesenvolvimento.

Como destacou Azevêdo (1982, p. 26), a teleologia do pacto político não implicou em "(...) um antagonismo entre a nova e a velha classes sociais dominantes, até mesmo porque esta última, mantendo o monopólio da terra, cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária". Desse modo, a síntese dessas forças foi o estabelecimento de uma estrutura agrária marcada por um mosaico de agricultores em estágios distintos e díspares, no tempo e no espaço, de modernização de suas estruturas produtivas agrícolas, em que as áreas das médias e grandes propriedades rurais predominavam *vis-à-vis* as pequenas propriedades. Em outras palavras, a estrutura fundiária nacional e regional se encontra concentrada nas mãos de poucos produtores rurais.

Como salientou Ramos (2005, p. 115), "(...) a questão agrária brasileira foi marcada por uma produção que se expandiu tanto nos latifúndios da região densamente povoada que lançou mão quer de terras disponíveis no seu interior, quer de novas áreas, assim como nos que foram criados na região de fronteira (...)". Nesse mesmo sentido,

TEXTO para DISCUSSÃO

Szmrecsányi (1986, p. 174) adverte para o seguinte fato: “Ainda mais chocante do que a extrema concentração da estrutura fundiária do país tem sido a sua permanência, e até sua intensificação, através do tempo. Isto é algo que se deu não apenas no Brasil como um todo, mas também com relação a numerosos Estados.”

Como realçado em IBGE (2020, p. 50), “Assim, vemos que o índice de Gini cresceu em relação às duas décadas anteriores. Se, por um lado, a maior quantidade de estabelecimentos permanece entre os pequenos, a porção muito inferior das áreas que eles ocupam são a expressão da concentração fundiária brasileira”.

A reverberação desse estilo de desenvolvimento foi a edificação de um mosaico de agentes econômicos no meio rural brasileiro (agrícola e não agrícola) que, além de estarem no mesmo espaço nacional e no mesmo tempo histórico, aprofundaram as características de uma economia dual e enrijeceram ainda mais os problemas do subdesenvolvimento nacional, uma vez que reforçaram os problemas da heterogeneidade estrutural e produtiva. Como acentuou Sorj (1980, p. 145), o meio rural brasileiro também apresentava “(...) pequenos e médios produtores altamente capitalizados”. Tudo isso foi fruto da assimetria na difusão do progresso técnico no meio rural nacional.

Rangel (2005, p. 101) destacou que o desenvolvimento rural nacional foi caracterizado como se a “(...) a mão de obra fosse escassa e cara e o capital, abundante e barato”. Quer dizer, aprofundou-se um estilo de desenvolvimento que tinha como premissa fundamental que o uso do capital, em sua forma de inovações biológicas, físico-químicas e mecânicas, fosse reflexo daquele encontrado nas economias centrais, ou seja, que apresentou um problema de escassez de mão de obra no meio rural brasileiro.

Dessa maneira, as progressões proporcionadas pela Revolução Verde, em especial naqueles setores relacionados com a dinâmica do mercado internacional, avançaram pela estrutura fundiária nacional, modernizando médias e grandes propriedades rurais. Como evidenciaram Szmrecsányi e Ramos (2002, p. 233), “(...) um dos pressupostos básicos das políticas agrícolas então em vigor residia justamente na crença de que a estrutura agrária concentrada não representava qualquer empecilho ao aumento da produção e da produtividade setoriais”.

O reflexo de tudo isso foi o aprofundamento do hiato existente entre o lado moderno da estrutura agropecuária nacional e o seu lado antagônico, que era aquele marcado pela economia tradicional e de subsistência. Desse modo, a modernização agrícola trouxe à luz os conflitos agrários, os quais explicitaram que o processo de transformação das

estruturas produtivas agrícolas não teve forças suficientes para romper com o velho e impulsionar sua destruição criativa, ou seja, a substituição do capital velho pelo novo.

Não é por outro motivo que o resultado desse processo foi a exclusão de alíquotas crescentes de trabalhadores do campo para o meio urbano. Como advertiu Silva (1999, p. 103), uma

(...) parte da superpopulação relativa no campo, como membros não remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações, ou são lançados nas zonas urbanas ao “rebotalho da sociedade” – o lumpesinato –, constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões.

Essa foi a tragédia vivenciada pela parcela dos agricultores que não conseguiram ser absorvidos pelo sistema capitalista e foram lançados para a margem do sistema como lumpesinatos que vagavam pelos campos e cidades na busca de empregos para se manterem vivos. Em consequência, suas condições de sobrevivência eram precárias e no limiar da estrutura de amparo social do Estado nacional.

Uma das consequências econômicas dessa estratégia de formação de um excedente de mão de obra, o qual não fora absorvido integralmente pelo sistema econômico, foi pressionar o valor da força de trabalho dos bens e serviços urbanos. Como destacou Oliveira (2003, p. 46), “(...) uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana [...] forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais”.

Em síntese, o modelo de desenvolvimento rural foi fruto de uma subsunção de forças que se constituíram enquanto expressão de uma formação econômica marcada pelo subdesenvolvimento. Esse fato condicionou o processo de transformação das estruturas fundiárias e produtivas, uma vez que o processo de modernização conservadora destravou alguns canais para a modernização da estrutura produtiva, porém condicionando a manutenção de uma estrutura fundiária marcada pela média e grande propriedade rural.

O reflexo disso foi o avanço do progresso técnico entre alguns produtores rurais, os quais, ao se modernizarem, estabeleceram relações econômicas com os elos das cadeias produtivas e o sistema financeiro, ao passo que outros produtores rurais se mantiveram enraizados em suas economias tradicionais e subsistência. Essa heterogeneidade estrutural e produtiva tornou-se a expressão de uma forma de desenvolvimento, na qual a integração aos mercados foi total ou parcial para alguns produtores, ao passo

que outros foram lançados como lumpesinatos para as margens da sociedade, exercendo, por conseguinte, uma pressão estrutural no processo de formação do valor da força de trabalho urbana e rural.

A próxima seção tem por objetivo compreender um pouco mais, em uma abordagem conceitual e normativa, os problemas relacionados com uma parcela dos produtores rurais que são classificados como camponeses, que constituem o agrupamento da AF, a qual encontra-se absorvida nessa complexidade que é o subdesenvolvimento nacional.

3 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL E NORMATIVA DA AF

O debate sobre a AF pode ser desdobrado em dois vetores investigativos, os quais se bifurcaram por caminhos que conduzem ao ambiente acadêmico e à formulação de política pública. Para Altafin (2007, p. 1),

(...) a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

Não obstante, observa-se uma controvérsia no meio acadêmico em relação ao papel da AF no processo de acumulação do capital. Uma linha teórica defende a tese de que a AF é resultado de um momento histórico específico, no qual as forças de modernização da estrutura produtiva agropecuária já estavam estabelecidas pelo próprio movimento do processo de acumulação de capital, via progresso técnico, e, por isso, amplamente interligadas as dinâmicas dos mercados que estabeleceram os parâmetros para a alocação eficiente dos seus fatores de produção.

Entre os pensadores dessa abordagem, destaca-se Abramovay (1992, p. 22), com a seguinte tese: “(...) uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.” Em contraposição, Wanderley (1999, p. 52) defende outra tese, a qual destaca que o agricultor familiar

(...) guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

A hermenêutica apresentada por Abramovay (1992) estabeleceu que a AF foi fruto do processo de modernização das estruturas produtivas da agropecuária nacional, que atribuiu inovações tecnológicas aos agricultores familiares em contraposição a frações de camponeses que ficaram amarrados ao passado, em especial às técnicas produtivas rudimentares e atrasadas. Sendo assim, o agricultor familiar que nasceu desse processo de modernização das estruturas produtivas agropecuárias foi aquele amplamente conectado e interligado com os diversos mercados, os quais fortaleceram seus elos com os setores produtivos, financeiros, de geração e de difusão tecnológica.

No caso da exegese de Wanderley (1999), a AF é fruto de um processo de transformação estrutural, em que o camponês vai incorporando aos seus sistemas produtivos o progresso técnico, não de forma homogênea, mas sim heterogênea, uma vez que a distribuição das forças modernizantes não é equânime entre os camponeses. Quer dizer, há uma assimetria na difusão do progresso técnico entre camponeses, favorecendo que as contradições se explicitem como vetores resultantes da negação do movimento de construção de uma estrutura produtiva agropecuária moderna. Por essa razão, não há a plena subsunção do velho pelo moderno cuja expressão viva é o processo de modernização da agropecuária nacional e regional.

Em geral, a abordagem de Wanderley (1999) compreende a evolução da agricultura familiar/camponesa como um processo disjuntivo que se cristalizou no núcleo do desenvolvimento econômico de uma região, pois não estabeleceu rupturas com suas múltiplas situações históricas específicas, uma vez que convivem juntas no mesmo espaço e tempo. Desse modo, a AF é uma forma em evolução de uma categoria mais ampla denominada camponês.

Como destacou Castro (2023, p.11),

Como elo simplificado entre os dois conceitos (agricultura familiar *versus* camponesa), afirmamos, com certo grau de ousadia, que o conceito de agricultura familiar mais difundido atualmente abrange o conceito de agricultura camponesa, mas este não abrange aquele. Em outras palavras, a agricultura camponesa é familiar, mas a agricultura familiar não é necessariamente camponesa.

No que lhe concerne, a AF é um subconjunto da categoria camponês, porém com suas especificidades próprias, ou seja, em um recorte histórico, espacial, social, econômico, político, cultural e ético particular cujo eixo aglutinativo encontra-se na forma de organização e apropriação dos frutos do trabalho pelo núcleo familiar. Trata-se de uma categoria marcada pela diversidade e pela heterogeneidade.

Como destacaram Schneider e Escher (2014, p, 40),⁹

O que identifica os camponeses com os agricultores familiares é que o trabalho, produção e família formam um todo que atua de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e realizando processos biológicos através dos quais eles criam condições materiais para garantir sua reprodução como grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e produção, as relações com os mercados e formas de transmissão patrimonial e o acesso à terra através de herança é fortemente influenciado por relações de consanguinidade e parentesco e tributárias tanto da maneira como as famílias administram seus recursos e os valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.

Para deixar mais claro esse mosaico de categorias, Castro (2023) fez uma síntese mostrando como a abordagem da AF foi ganhando expressão no debate acadêmico e governamental na América Latina e no Caribe em meados do século XX. Para tanto, destacou que, enquanto movimento da forma, o conceito operacional se objetivou, à medida que a hermenêutica se tornou universal entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) na Resolução Mercosul/Grupo Mercado Comum (GMC) nº 25/2007,¹⁰ a qual instituiu as diretrizes para o reconhecimento e a identificação da AF no Mercosul.

Desse modo, a normativa definiu, em seu art. 1º, que AF deve ser compreendida como:

Art. 1º – Os agricultores/as destinatários das políticas públicas diferenciadas dirigidas ao setor da agricultura familiar serão aqueles cujos estabelecimentos cumpram, no mínimo, todos e cada um dos seguintes critérios:

- I) a mão de obra ocupada no estabelecimento corresponderá predominantemente à família, sendo limitada a utilização de trabalhadores contratados;
- II) a família será responsável direta pela produção e gestão das atividades agropecuárias; e residirá no próprio estabelecimento ou em uma localidade próxima;

9. *Lo que identifica a campesinos con agricultores familiares es que el trabajo, la producción y la familia forman un conjunto que actúa de forma unificada y sistémica, cultivando organismos vivos y llevando a cabo procesos biológicos a través de los cuales crean condiciones materiales para garantizar su reproducción como grupo social. Eso significa que la organización social y económica, el proceso de trabajo y producción, las relaciones con los mercados y las formas de transmisión patrimonial y acceso a la tierra mediante la herencia están fuertemente influenciadas por relaciones de consanguinidad y parentesco y tributarias tanto de la manera como las familias administran sus recursos como de los valores culturales y simbólicos que definen su identidad.*

10. Para maiores detalhes, consultar: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/res2507p.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

III) os recursos produtivos utilizados serão compatíveis com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida e com a tecnologia utilizada, de acordo com a realidade de cada país.

À vista disso, Fernandes (2014, p. 20) destacou que “Em quase toda a América Latina, os governos substituíram o conceito de campesinato pelo de AF nas suas políticas de desenvolvimento rural”.¹¹ Sendo assim, o projeto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Food and Agriculture Organization (FAO), de 1994, estabeleceu as linhas gerais para o conceito de AF enquanto objetivo de políticas públicas, isto é, apresentou os eixos centrais da categoria AF para a edificação dos parâmetros e dos indicadores para formulação, implementação, normatização e execução de políticas públicas voltadas para a AF.

Desse modo, Schneider, Cazella e Mattei (2021, p.15) destacaram que

(...) os estudos realizados conjuntamente pela FAO/Incra definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar].

O Brasil tornou-se o primeiro país no âmbito do Mercosul que implementou uma política pública voltada, especificamente, para a AF.¹² Essa estratégia de ação governamental para a AF se objetivou antes da própria ação do Mercosul em instituir a Resolução Mercosul/GMC nº 25/2007. Dessa forma, o Pronaf foi instituído por meio da Resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil.¹³

Por sua vez, o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, criou o Pronaf. Em contrapartida, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Desse modo, definiu-se a AF como universo estabelecido pelos seguintes parâmetros:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

11. “En casi toda América Latina los Gobiernos han sustituido el concepto de campesinado por el de agricultura familiar en sus políticas de desarrollo rural.”

12. Para maiores detalhes, consultar Castro (2023, p. 19).

13. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf.

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De maneira sucinta, o argumento vem se desdobrando alicerçado na premissa de que o estilo de desenvolvimento edificado em uma economia periférica como a brasileira se cristaliza em um contexto marcado pelo subdesenvolvimento, o qual condiciona a forma como a estrutura econômica e produtiva nacional e regional se constituiu, como a expressão de um processo de acumulação de capital dependente e subordinado a uma divisão social do trabalho delineada pelas economias centrais para as economias periféricas.

Sendo assim, a AF, que é um subconjunto do universo camponês, torna-se um importante protagonista, a partir de meados do século XX, vista como objeto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, a próxima seção tem o objetivo de desvelar em camadas sucessivas e intrincadas a trama problemática da AF no contexto da região Centro-Oeste, que é um caso específico, mas não único, do subdesenvolvimento nacional.

4 EFEITOS DO SUBDESENVOLVIMENTO NA ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA: O CASO DO CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste é um caso específico, mas não único, da reprodução do processo de modernização conservadora, uma vez que o tempo da transformação teve um papel expressivo na modernização das estruturas produtivas da região, porém sem proporcionar grandes alterações na estrutura fundiária. Quer dizer, parte dos produtores agrícolas das médias e grandes propriedades rurais lançou-se nos caminhos da Revolução Verde e difundiu o progresso técnico, na forma de inovações físico-químicas, biológicas e mecânicas, em suas propriedades rurais, com o intuito de aumentar a produtividade do

trabalho agrícola e, conseqüentemente, incrementar o produto agropecuário de suas unidades produtivas.

No entanto, esse processo não se cristalizou de forma homogênea entre os produtores agrícolas, ao contrário, o fato observado foi a difusão assimétrica do progresso técnico entre eles, uma vez que foi impulsionado, enquanto ação estruturante, a partir de meados dos anos 1960, por meio dos programas de desenvolvimento regional implementados pelo governo federal neste espaço territorial. Antes desse período, as forças da modernização, mesmo em curso, não foram suficientes para transformar as estruturas produtivas, como destacado por Estevam (1998) e Pires (2008).

Estevam (1998, p. 105) destacou o seguinte ponto para o estado de Goiás:

No período de 1930 a 1960 importantes elementos de transformação foram introduzidos no território goiano e o processo de germinação de novas estruturas, principalmente no centro-sul do estado, esteve balizado em dois acontecimentos: a nível externo, a integração nacional do comércio de mercadorias comandado por São Paulo e, a nível interno, o surgimento de centros urbanos comerciais no interior da região. Tais fenômenos, concomitantes ao programa Marcha para o Oeste, definiram novos rumos para Goiás em função da urbanização e da articulação mercantil inter-regional.

Nesse sentido, os estados de Goiás e Mato Grosso,¹⁴ ao se integrarem, nas décadas iniciais do século XX, ao estado de São Paulo pela Estrada de Ferro Goiás (EFG),¹⁵ e também pela Ferrovia Noroeste do Brasil, a qual interligou Bauru (São Paulo) com Corumbá (Mato Grosso do Sul),¹⁶ estreitaram os seus laços econômicos com o centro do capitalismo nacional que, no momento histórico específico, estava avançando em seus projetos de industrialização e urbanização, demandando, assim, matérias-primas e insumos para suas unidades industriais e para atender a novos mercados para os seus produtos no contexto regional e nacional. Tinham também o fito de abastecerem o mercado interno com parcelas dos bens de consumo não duráveis demandados pelos setores urbanos em expansão econômica e demográfica.

14. Neste momento histórico, não existia Brasília e muito menos a emancipação do estado do Mato Grosso Sul do estado do Mato Grosso. Isso aconteceu com a assinatura do presidente Ernesto Geisel, a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

15. Para maiores detalhes, consultar Estevam (1998) e Pires (2008).

16. Para maiores detalhes, consultar Missio e Rivas (2019).

TEXTO para DISCUSSÃO

Conforme destacou Cano (2007, p. 265), “(...) a expansão industrial de São Paulo se deu pelo dinamismo de sua própria economia, e não, como se poderia pensar, pela apropriação líquida de recursos provenientes da ‘periferia nacional’”. Quer dizer, as economias periféricas que se integraram ao eixo dinâmico do capitalismo nacional, que era a economia paulista, o fizeram de forma complementar, isto é, desenvolvendo atividades econômicas que servissem de matérias-primas e insumos para os setores industriais e urbanos paulistas.

Além disso, é importante destacar que as regiões de fronteira para o capital nacional, como Goiás e Mato Grosso, tiveram um papel importante no projeto Marcha para o Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas. De mais a mais, o governo de Getúlio Vargas usou o Centro-Oeste como meio de criação da Colônia Agrícola Nacional (Cang) (em 1941) no Vale do São Patrício, no estado de Goiás, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand) (em 1943).

Nesse sentido, Silva (2002, p. 35) destacaram, para o caso de Goiás, que “(...) a penetração de um grande contingente populacional na zona rural não poderia ameaçar os grandes proprietários. Assim, a ocupação da fronteira priorizava os espaços vazios, evitando o confronto direto entre os latifundiários e os camponeses imigrantes”.

Para Lima (1982, p. 11),

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand), intensificou-se o maior movimento migratório que já se viu em nosso país, abrangendo todo o território nacional. Imensas levas de colonos dos mais distantes rincões de nossa pátria, com o ardente desejo de possuir um pedaço de terra própria e nela se radicar, para cá se deslocavam [...] E nesse torrão abençoado, se instalaram milhares de brasileiros.

O objetivo das colônias agrícolas era deslocar massas de trabalhadores rurais das regiões de conflitos agrários e lançarem-nas aos espaços vazios do interior do Brasil. Para Estevam (1998, p. 123), essas famílias eram “(...) pessoas sem recursos – na maioria das vezes agregados de fazendas, meeiros e arrendatários – que marchavam em busca da terra prometida”.

Em outros termos, esse deslocamento de massas crescentes de trabalhadores rurais das regiões de conflitos agrários para o interior do Brasil, além de reduzir a pressão por propriedade, posse e uso da terra, incentivou a abertura de novos espaços para a produção agrícola. Com a integração do Centro-Oeste, via malha rodoviária, os

principais centros de produção e consumo nacional, em especial, devido à construção de Brasília, Distrito Federal (em 1960), integraram-se plenamente ao eixo de desenvolvimento econômico nacional.

Mesmo com essa integração ao centro do capitalismo nacional, o tempo da transformação das estruturas produtivas ainda não tinha forças suficientes para transformar o cerrado no palco para a expansão efetiva da produção de grãos nacional, uma vez que as condições edafoclimáticas não eram propícias para a produção de culturas com viés exportador, como a soja.

Para tanto, os programas de desenvolvimento regional implementados nas décadas de 1960 e 1970, durante o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), tiveram um papel singular para transformar o cerrado no eixo de expansão do capital pelo interior do Brasil,¹⁷ uma vez que as inovações físico-químicas, biológicas e mecânicas proporcionadas pela Revolução Verde tiveram um papel singular para o incremento do processo de reprodução ampliada do capital nacional pelo cerrado nacional.

Para Mueller (1990, p. 51),

Até o fim da década de 60, não existiam programas especiais para estimular a expansão agrícola no Sul do Centro-Oeste. O aumento da produção dependia da abertura de estradas, da criação de um mínimo de infraestrutura de apoio à agropecuária e – de forma muito importante – da disponibilidade de terras aptas para o cultivo com as técnicas agropecuárias então conhecidas. Na verdade, este foi um fator de amortecimento da expansão agrícola na região. Na década de 1960, completou a ocupação das terras acessíveis com essas características no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul, e o avanço das frentes comerciais para áreas mais setentrionais do Centro-Oeste foi bloqueado pelo fato de que ali predominava o “cerrado”, que não se sabia como cultivar.

Com os avanços das pesquisas agropecuárias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e suas congêneres subnacionais, o cerrado foi reposicionado no circuito de produção agrícola nacional e tornou-se uma região de expansão de culturas voltadas para suprir os principais elos das cadeias produtivas regional, nacional e internacional. Desse modo, o embrião do vetor de desenvolvimento externo estava em preparação para ganhar novos contornos, a partir dos anos 1990.

17. Para maiores detalhes, consultar Mueller (1990), Shiki (1997), Estevam (1998) e Pires (2008).

TEXTO para DISCUSSÃO

Para tanto, Lunas e Ortega (2003, p.149) destacaram que “a sojicultura, em todo aquele período, foi favorecida pelas políticas públicas, visando a conseguir a expansão de sua produção para uma maior inserção no mercado internacional”. Assim, o processo de modernização das estruturas produtivas do Centro-Oeste, em especial a agropecuária, acentuou o uso crescente dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Isso ocorreu, principalmente, com as inovações tecnológicas biológicas, físico-químicas e mecânicas, que incrementaram a produtividade do trabalho agrícola e expandiram a produção de excedentes agropecuários; estes incentivaram a entrada das *tradings companies* e empresas agroindustriais na região no início dos anos 1980.¹⁸

Neste caso em específico, Castro e Fonseca (1995, p. 2) salientaram que

(...) verifica-se, na segunda metade dos anos 1980, um deslocamento de grandes conglomerados industriais que para lá transferem fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais. A região Centro-Oeste caracterizou-se, assim, nos anos 80, por ser um polo de atração de capitais do Centro-Sul, especialmente, das empresas líderes do complexo agroindustrial, que tenderam a ocupar posições estratégicas.

Em contrapartida, o principal reflexo dessa estratégia econômica e regional foi destacado por Martine e Garcia (1987, p. 61): “(...) modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da Revolução Verde, em meados da década de 1960, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores.” Quer dizer, os pacotes tecnológicos aceleraram as transformações no meio rural do Centro-Oeste de tal forma que deslocou os trabalhadores expulsos do campo para os principais centros urbanos na região, em especial, nas capitais (Goiânia, Cuiabá e Campo Grande) e no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília.

Por tudo isso, o processo de modernização da estrutura agrícola da região Centro-Oeste foi avançando, especialmente conduzido pelo Estado, que teve um papel central no estímulo da utilização e difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde junto aos produtores rurais da região Centro-Oeste. Destaca-se uma política agrícola ativa de oferta de créditos através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em especial para investimento e custeio

18. Para Mattei (1998, p. 53), “Por um lado, nas regiões de fronteira agrícola (Norte e Centro-Oeste), houve uma alteração do perfil tradicional da ocupação agrícola que vigorava até o início dos anos 1980. O novo cenário mostra uma agricultura fortemente mecanizada. Decorre daí uma elevação brutal da produtividade do trabalho, cujo índice situa-se em torno de 24,7% para a região Norte e na faixa de 84,3% para a região Centro-Oeste, no período compreendido entre os anos 1981 e 1988”.

agropecuário, linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos, como também Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Estoques Reguladores Governamentais.¹⁹

Os produtores agrícolas foram expandindo seus investimentos de ampliação e modernização de capacidade produtiva na região Centro-Oeste, o que gerou um crescimento no produto agropecuário neste espaço regional. Esse processo conduzido pela Revolução Verde teve seu período áureo até o final dos anos 1980, quando a crise fiscal e financeira do Estado nacional estrangulou as finanças públicas do governo federal e reduziu sua capacidade de estimular o crescimento econômico por meio de planos de desenvolvimento regional, como também para investimentos e subsídios para a promoção de regiões com baixo dinamismo econômico, como eram os casos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste.

Os anos 1980 foram marcados pela crise da dívida externa e pelos fortes desequilíbrios macroeconômicos, os quais conduziram a economia nacional para os regimes hiperinflacionários, bem como para os planos de estabilização econômica: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1988), Plano Verão (1989), Plano Collor I (1990), Plano Collor II (1991) e Plano Real (1994). Os desequilíbrios macroeconômicos desse período conduziram o país para um plano de reestruturação da dívida externa brasileira, o Plano Brady (1992-1994).

Dentro das condicionalidades impostas pelo Tesouro Norte Americano, pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudarem na reestruturação de suas dívidas externas, foi estabelecida a Doutrina do Choque,²⁰ que conduziu o país pelos caminhos do Consenso de Washington. Nesse sentido, privatizações, abertura e liberalização comercial e financeira, desregulamentações de mercados, liberalização de todos os preços, austeridade fiscal e monetária (via superávits fiscais primários e, recentemente, regras fiscais e metas de inflação) e focalização de programas sociais foram realizadas.

Por tudo isso, o estado foi se tornando coadjuvante no processo de desenvolvimento nacional, e o mercado se transformou no principal protagonista para induzir as modificações nas estruturas produtivas nacionais e regionais. Dessa maneira, o avanço dos mercados pelos poros da sociedade acabou efetivando a subordinação da sociedade os interesses dos mercados. Como destacou Polanyi (2021, p. 116), esse efeito

19. Para maiores detalhes, consultar Bacha (2004).

20. Para maiores detalhes, consultar Klein (2008).

foi “(...) de enorme importância para toda a organização da sociedade: significa nada menos que transformar a sociedade em um anexo do mercado”.

As políticas econômicas delineadas pelo Consenso de Washington tinham por fito estabelecer uma universalização do modelo de desenvolvimento entre as nações de tal forma, como destacou Fukuyama (1992, p. 13)²¹, “e embora nem sempre tenham cedido lugar a democracias liberais estáveis, a democracia liberal continua a ser a única aspiração política coerente que abrange diferentes regiões e culturas em todo o mundo”.

A marcha forçada de integração das regiões nacionais aos mercados internacionais foi acelerada, em especial, quando se adotou a estratégia regional dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid), integrantes do Plano Plurianual 2000-200,²² os quais foram concebidos e impulsionados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 2002). Sendo assim, os eixos Oeste e Araguaia-Tocantins tiveram o papel de integrar a região Centro-Oeste aos principais centros de consumo internacional, em especial, a União Europeia, que, na época, era o principal parceiro comercial da região.²³

Como apontou Delgado (2012, p. 132), os anos 2000 foram marcados pela reestruturação da economia do agronegócio, em que “(...) o comércio exterior de bens primários é o vetor principal de demanda efetiva, para o qual se deslocam os principais complexos agroindustriais no rumo de uma nova inserção brasileira no comércio internacional”.

Com o ingresso da República Popular da China (RPC) na Organização Mundial do Comércio (OMC) (em 2001), observou-se que as exportações de produtos da região Centro-Oeste apresentaram uma trajetória ascendente e, com isso, o bloco econômico entre RPC, Hong Kong e Macau,²⁴ em 2011, tornou-se o principal parceiro comercial do Centro-Oeste no contexto internacional.²⁵ Este fato foi importante porque grande parte dos produtos exportados para China, Hong Kong e Macau derivavam de produtos básicos, os quais concentram, predominantemente, *commodities* agropecuárias e minerais.

Por outro ângulo, a inserção da região Centro-Oeste no circuito de reprodução ampliada do capital, em especial para abastecer a demanda dos elos das cadeias

21. “*And while they have not given way in all cases to stable liberal democracies, liberal democracy remains the only coherent political aspiration that spans different regions and cultures around the globe.*”

22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/114>.

23. Para maiores detalhes, consultar Pires e Campos (2019).

24. O uso do termo bloco econômico formado por China, Hong Kong e Macau se justifica porque faz parte da diplomacia chinesa da Política de uma China Única, ou seja, em que há somente uma China, mesmo com dois sistemas políticos diferentes.

25. Para maiores detalhes, consultar Pires (2023c).

produtivas regionais, nacional e internacional, estimulou a entrada de novos capitais, os quais Frederico (2018, p. 13) destacou como

(...) uma nova safra de capitalistas na agricultura mundial. Trata-se da presença do capital financeiro, representado por diversos tipos de fundos (pensão, soberanos, *hedge*, *endowments*, *private equity*), corporações (bancos, seguradoras e empresas) e indivíduos de alta renda, sobretudo nos países de maior produção agrícola e com dinâmicas de fronteira como o Brasil.

Isso sem contar aqueles relacionados com as principais *trading companies* internacionais.

Para Scoleso (2022, p. 24), "(...) o agro brasileiro traz pouco retorno social e colabora com a desestruturação da economia industrial na medida em que os investimentos em ciência e tecnologia são frutos de investimentos internacionais, o que causa também dependência técnica e tecnológica". Nesse mesmo sentido, Fuck e Bonacelli (2007, p. 93) apontaram que "Ao longo dos anos 1990, em virtude do forte endividamento dos governos estaduais e da ideia de que caberia à Embrapa o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, muitos governos estaduais reduziram substancialmente o apoio à pesquisa agropecuária".

Desse modo, os laços de dependência do capital internacional tornaram-se mais acentuados a partir da Doutrina do Choque, uma vez que o desmonte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária Pública²⁶ ampliou a dependência da transferência tecnológica desenvolvida nos países centrais, assim como de fundos de investimentos privados para financiar as atividades econômicas e financeiras das empresas interligadas com as cadeias produtivas regionais, nacional e internacional.

Com a redução da participação dos recursos públicos direcionados para o desenvolvimento rural, que são realizados via orçamento do governo federal, os investimentos e incentivos públicos para as pesquisas científicas provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária Pública²⁷ apresentaram trajetória cíclica e, em alguns momentos, declinantes. Isso ficou mais acentuado com a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de

26. Para Fuck e Bonacelli (2007, p. 98), "Atualmente, poucas instituições têm recursos suficientes para realizar pesquisa efetiva. Muitas instituições de pesquisa foram fundidas com suas respectivas agências estaduais de extensão rural e, aparentemente, estão concentrando suas atividades mais na área de extensão do que na de pesquisa. Além disso, os governos estaduais estão cada vez menos dispostos a financiar os institutos estaduais".

27. Principalmente depois da crise cambial de 1999, quando foi instituído o Novo Regime Macroeconômico (NRM) que tinha como objetivo a institucionalização de metas de inflação, regras fiscais para atingir o superávit primário do setor público e câmbio flutuante.

dezembro de 2016, que estabeleceu vários contingenciamentos nas dotações orçamentárias para o desenvolvimento científico nacional.

As dotações orçamentárias direcionadas para a Embrapa, responsável pelas inovações tecnológicas para a agropecuária brasileira, os recursos financeiros do FCO, administrado pelo Banco do Brasil, e as linhas de crédito para financiamento da agropecuária do BNDES apresentaram trajetórias cíclicas e aderentes à execução da política fiscal, monetária e financeira contracionista do governo federal.

Nesse sentido, o governo federal tornou-se coadjuvante no processo de estímulo ao desenvolvimento rural, tendo maior protagonismo o capital privado nacional e internacional, primordialmente o capital financeiro. Desse modo, o cenário tecida depois dos anos 1990 não estava mais delineado pelo cânone da Revolução Verde, a qual estabeleceu a liderança e o papel ativo do Estado nos projetos de transformações das estruturas produtivas regionais.

Em contrapartida, os anos 1990 foram marcados pela liderança da “agricultura científica globalizada”, como definido por Santos (2020) e Frederico (2013).²⁸ Ou seja, os investimentos para o desenvolvimento rural, regional, tecnológico e o financiamento das atividades produtivas apresentavam uma forte dependência das grandes empresas nacionais e internacionais do agronegócio e do capital financeiro nacional e internacional.

Não é por outro motivo que Pires (2020, p. 45) destacou:

(...) avanço do progresso técnico na estrutura agropecuária nacional, que é objetivado pela produtividade do trabalho, observa-se que, entre 1995 e 2017, a região Centro-Oeste foi aquela que apresentou o maior incremento no período, seguida pelas regiões Sul, Norte, Nordeste e, finalmente, Sudeste. Isso tudo foi reflexo do uso contínuo e crescente dos pacotes tecnológicos proporcionados pela agricultura científica globalizada que incrementou, substancialmente, a produtividade do trabalho agrícola do Centro-Oeste. O reflexo disso foi a expansão mais acentuada da produção de culturas voltadas para o mercado externo, como a soja, o milho e, recentemente, a cana-de-açúcar, por meio de seus produtos derivados.

É no enquadramento determinado pelo capital privado, em especial, do financeiro, das corporações, de indivíduos de alta renda e das *tradings companies* que o estilo de

28. Para Frederico (2013, p. 14), o modelo da agricultura científica globalizada deve ser compreendido como um fenômeno que vai “além do uso dos novos sistemas técnicos informacionais, [pois a] agricultura científica globalizada também se caracteriza por uma forma de regulação política. Na fronteira agrícola moderna, o poder das grandes empresas (*tradings*, agroindústrias, sementes, fertilizantes e agrotóxicos) se expressa através da regulação das inovações tecnológicas, do financiamento de custeio, do fortalecimento de insumos, do comércio e da logística de circulação dos grãos”.

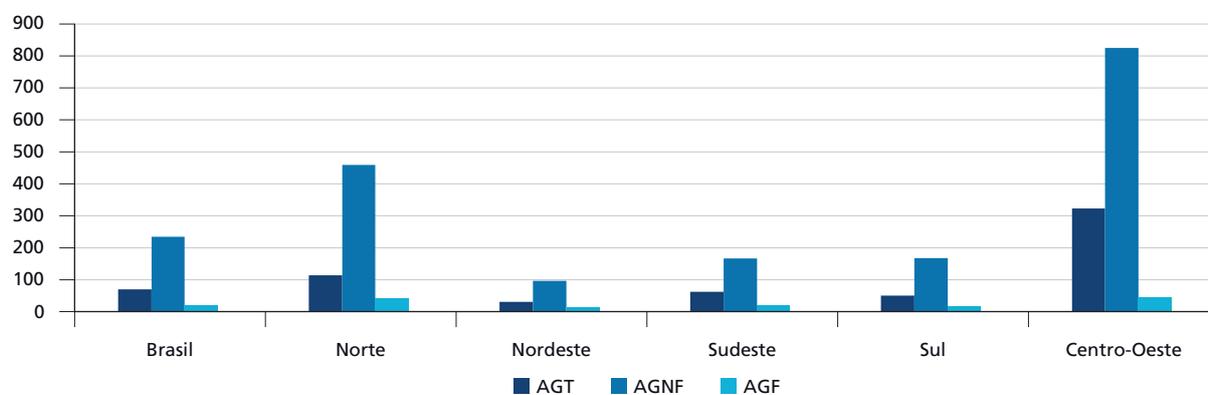
desenvolvimento da agropecuária da região Centro-Oeste vem apresentando os expressivos incrementos em sua produtividade do trabalho agrícola, com isso, superando o produto agropecuário das demais regiões brasileiras.

Em contrapartida, sobre a estrutura fundiária é marcada, Prado Júnior (2000, p. 33) destacou: "(...) concentração da propriedade fundiária que se revela nos nossos dados estatísticos, é efetiva e real, isto é, representa uma distribuição extremamente irregular da propriedade da terra entre os indivíduos que a ocupam (...)." Este fato também foi observado por Szmrecsányi (1986, p. 174), que evidenciou o seguinte fato: "Ainda mais chocante do que extrema concentração da estrutura fundiária do país tem sido a sua permanência, e até sua intensificação, através do tempo. Isto é algo que se deu não apenas no Brasil como um todo, mas também com relação a numerosos estados."

No caso das estruturas fundiárias das regiões nacionais, esse fenômeno não é diferente, ou seja, a elevada concentração da estrutura fundiária em médias e grandes propriedades rurais, as quais se modernizaram pelo vetor da Revolução Verde, proporcionou as metamorfoses impulsionadas pelo capital nas estruturas produtivas agrícolas, porém sem grandes efeitos na distribuição mais equânime da terra entre os produtores rurais. Esse é um exemplo importante dos bloqueios que são estabelecidos pelos agentes econômicos e políticos que constituem as frações de poder, que comandam o processo de modernização conservadora, conforme destacado em Pires (2008).

GRÁFICO 1

Área média por estabelecimentos agrícolas nas regiões brasileiras (2017) (Em hectares)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 do IBGE.

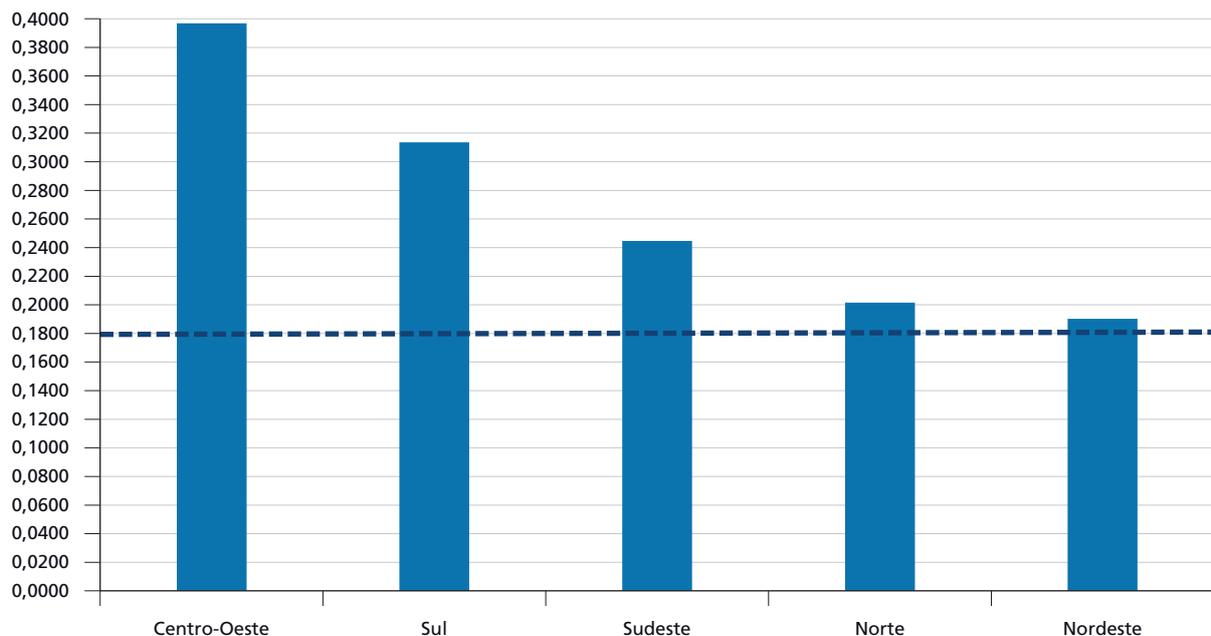
Obs.: AGT – área média dos estabelecimentos agrícolas da agricultura geral (AGNF + AGF);
AGNF – área média dos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar; e
AGF – área média dos estabelecimentos agrícolas da AF.

TEXTO para DISCUSSÃO

No caso particular dos estabelecimentos agrícolas nas regiões em 2017, observa-se no gráfico 1 que a região Centro-Oeste se destacou em termos de área média por estabelecimentos agrícolas, seja para o caso da AF, seja para a agricultura não familiar. Desse modo, a área média por estabelecimentos agrícolas da região Centro-Oeste, para o caso específico da agricultura não familiar, foi quase o quádruplo daquela verificada para a média brasileira e pouco mais que o dobro da observada para a média da AF nacional.

GRÁFICO 2

IHH para a área média por estrato de estabelecimentos agrícolas nas regiões brasileiras (2017)



Elaboração do autor.

Por fim, é importante destacar que o IHH para a área média por estratos de estabelecimentos agrícolas aponta que todas as regiões se encontram na classificação de alta concentração (IHH: 0,1800), porém há nuances entre elas. A região Nordeste apresenta maior dispersão da área média por estratos de área, ao passo que a região Norte se encontra em uma situação com maior grau de concentração *vis-à-vis* a região Nordeste. Em contrapartida, o grau de concentração neste indicador vai se acentuado entre as demais regiões, de forma que o Centro-Oeste desponta entre todas as regiões nacionais em termos de concentração da área média por estratos de estabelecimentos agrícolas.

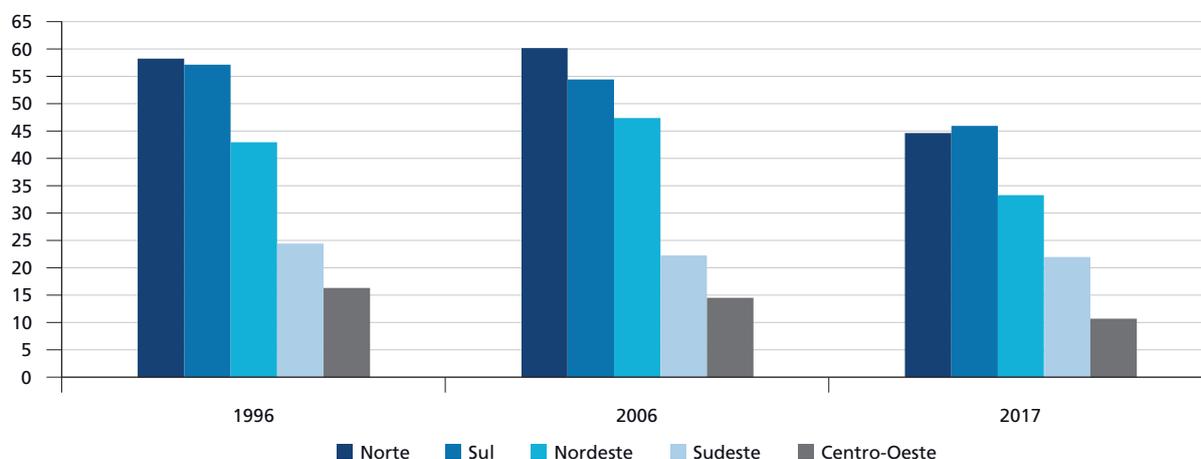
5 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA AF NA REGIÃO CENTRO-OESTE: O CASO DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

No contexto regional brasileiro, observa-se, no gráfico 3, que a região Norte açambarcou quase 60% da participação da AF no valor da produção regional em 1996. Em seguida, vieram as regiões Sul, com quase 58%, Nordeste, com 43%, Sudeste, com pouco mais de 24%, e, por fim, a região Centro-Oeste, com por volta de 16%.²⁹ Em 2017, por sua vez, destaca-se que a região Sul correspondeu a 46% da participação da AF no valor da produção regional, ao passo que o Norte ficou com pouco mais de 44%, seguido pelo Nordeste, com mais ou menos 33%, Sudeste, com 22%, e a região Centro-Oeste, com quase 11%.

GRÁFICO 3

Participação da AF no valor da produção regional (1996, 2006 e 2017)

(Em %)



Fonte: Guanzioli, Sabato e Buainain (2020, p. 193) com base nos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017.

Sendo assim, nota-se que parte significativa da participação da AF no valor da produção regional concentra-se, sobremaneira, nas regiões Norte e Sul brasileiras. Por sua vez, no período censitário de 1996 e 2017, verifica-se que a participação da AF no valor da produção regional apresentou uma taxa média de crescimento de -2,0% ao ano (a.a.) na região Centro-Oeste, ao passo que na região Norte exibiu uma taxa média de crescimento de -1,3% a.a., seguida pelas regiões Nordeste, com -1,2% a.a., Sul, com -1,0%, e Sudeste, com uma taxa média de crescimento de -0,5% a.a.

29. Para maiores detalhes, consultar Guanzioli, Sabato e Buainain (2020, p. 193).

TEXTO para DISCUSSÃO

Esses dados apontam que, em duas décadas, a participação da AF no valor da produção regional vem apresentando reduções importantes, em particular na região Centro-Oeste. Em oposição, no caso da agricultura geral, Pires (2023b, p. 31), destacou que o Centro-Oeste

(...) em 2021, foi responsável por parte importante da produção agrícola nacional, em especial naquelas culturas relacionadas com o mercado internacional e com os elos das cadeias produtivas regionais e nacionais, como são os casos das culturas da soja, do milho, da cana-de-açúcar e do algodão.

Em outras palavras, a agricultura geral do Centro-Oeste se destacou no contexto nacional, porém houve uma redução da importância da AF no cenário regional. Isso significa, em termos da agricultura em geral, que houve um avanço no estilo de desenvolvimento da região Centro-Oeste, no sentido de reforçar suas vantagens comparativas ricardianas no cenário inter-regional e sua estratégia de especialização em *commodities* agrícolas para exportação.

TABELA 1

Brasil: evolução da participação das principais variáveis da AF (1996, 2006 e 2017)

Descrição	1996	2006	2017
Total	4.859.864	5.175.489	5.073.324
Familiares	4.139.369	4.551.967	4.638.176
Estabelecimentos (quantidade)			
Porcentagem de familiares	85,2	88,0	91,4
Não familiares	720.495	623.522	435.148
Total	353.611.242	329.941.393	351.289.816
Área dos estabelecimentos (hectares)			
Familiares	107.768.450	106.761.753	117.642.824
Porcentagem de familiares	30,5	32,4	33,5
Não familiares	245.842.792	223.179.640	233.646.992
Total	230.798.794	269.625.722	474.218.378
Valor Bruto da Produção (VBP) dos estabelecimentos (R\$ mil)			
Familiares	87.486.566	97.361.848	133.937.780
Porcentagem de familiares	37,9	36,1	28,2
Não familiares	143.312.228	172.263.874	340.280.598
Total	17.930.853	16.567.544	15.105.125
Pessoal ocupado (PO) total dos estabelecimentos			
Familiares	13.780.201	13.048.855	12.221.432
Porcentagem de familiares	76,9	78,8	80,9
Não familiares	4.150.652	3.518.689	2.883.693

Fonte: Guanziroli, Sabato e Buainain (2020, p. 192) com base nos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017.

No caso da evolução das variáveis para a AF em nível nacional, a tabela 1 aponta para o fato de que parte expressiva dos estabelecimentos agropecuários, entre 1996 e 2017, encontra-se no estrato da AF. Em 1996, pouco mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários eram da AF, ao passo que, em 2017, já correspondiam a pouco mais de 91%, isto é, o número de estabelecimentos familiares saltou de 4.139.369 (em 1996) para 4.638.176 (em 2017), o que representou uma taxa média de crescimento de 0,5% a.a. Em contrapartida, o número de estabelecimentos não familiares teve um decréscimo no período, visto que pulou de 720.495 (em 1996) para 435.148 (em 2017), ou seja, teve uma taxa média de crescimento de -2,4% a.a.

No caso da área dos estabelecimentos, constata-se que aquelas relacionadas com a AF apresentaram expansão entre 1996 e 2017, visto que saíram de 107.768.450 hectares para 117.642.824 hectares, isto é, apresentaram uma taxa média de crescimento de 0,4% a.a. Por sua vez, os agricultores não familiares tiveram uma redução na área dos seus estabelecimentos, passando de 245.842.792 hectares (em 1996) para 233.646.992 hectares (em 2017), ou seja, apresentaram uma taxa média de crescimento de -0,2% a.a. No entanto, é importante ressaltar que, no contexto da agricultura nacional, a participação da área dos estabelecimentos da AF, entre 1996 e 2017, nunca foi superior a 33,5% do total das áreas dos estabelecimentos agropecuários nacionais.

Em relação ao VBP dos estabelecimentos relacionados com a AF, observa-se que, no período analisado, houve crescimento no produto total, passando de R\$ 87.486.566,00 para R\$ 133.937.780,00, ou seja, apresentou uma taxa média real de crescimento de 2,0% a.a. Por outra perspectiva, o VBP dos estabelecimentos não familiares também apresentou a mesma expansão que a verificada para a AF, porém com ritmos diferenciados.

Em 1996, responderam por R\$ 143.312.228,00, ao passo que, em 2017, saltaram para R\$ 340.280.598,00, isto é, apresentaram uma taxa média real de crescimento de 4,2% a.a., o que correspondeu a pouco mais que o dobro daquela verificada para a AF. Desse modo, a participação do VBP da AF no VBP total, entre 1996 e 2017, sempre foi inferior a 38% do VBP total.

No caso específico do PO, entre 1996 e 2017, observa-se que houve redução na parcela dos trabalhadores alocados na AF, passando de 13.780.201 (em 1996) para 12.221.432 (em 2017), isto é, apresentou uma taxa média de crescimento de -0,6% a.a., ao passo que os trabalhadores alocados para a agricultura não familiar apresentaram um salto de 4.150.652 (1996) para 2.883.693 (2017), isto é, externaram uma taxa média de crescimento de -1,7% a.a., o triplo daquela apurada para a AF.

TEXTO para DISCUSSÃO

Assim, a participação do PO da AF no total nacional entre 1996 e 2017 nunca foi inferior a 76,9%. Esse fato é um indicador importante, pois destaca a importância que a AF tem para a geração de emprego e renda na agropecuária nacional.

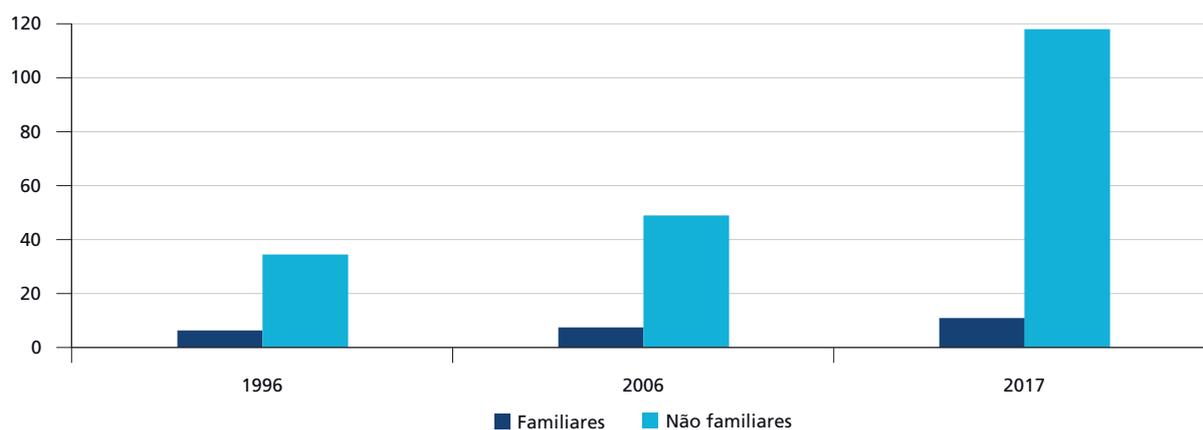
Para dizer o essencial, o período censitário de 1996 e 2017 aponta que há predominância dos estabelecimentos da AF no contexto da agropecuária nacional, porém grande parte das áreas dos estabelecimentos agropecuários está concentrada no estrato da agricultura não familiar. Por outro ângulo, a AF responde por aproximadamente um terço da área dos estabelecimentos da agropecuária nacional.

Sendo assim, parte importante do VBP da agricultura nacional concentra-se nos estabelecimentos não familiares, sendo que os agricultores familiares respondem por, no máximo, 38% do VBP total. No entanto, é importante ressaltar que mais de 76% do PO na agropecuária nacional está trabalhando na AF. Isso indica que este segmento econômico tem um papel singular no processo de geração de renda e emprego no meio rural regional e nacional.

GRÁFICO 4

Produtividade média do trabalho (1996, 2006 e 2017)

(Em R\$ mil/PO)



Fonte: Guanziroli, Sabato e Buainain (2020, p. 192) com base nos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017.

Elaboração do autor.

Um fato que merece destaque no comparativo entre a AF e a não familiar refere-se à produtividade do trabalho que é aferida pela razão entre o VBP pelo PO dos estabelecimentos agropecuários. Portanto, um dos fatores que afeta o valor da produtividade do trabalho é o uso de inovações tecnológicas, ou seja, mecânicas, biológicas e físico-químicas, visto que influenciam no incremento do valor total do produto e na

redução do número de trabalhadores rurais, uma vez que as inovações tecnológicas substituem a força de trabalho por capital.

Como é destacado no gráfico 4, para o período censitário de 1996, 2006 e 2017, a produtividade média do trabalho das atividades agropecuárias não familiares é proeminente àquela encontrada para as atividades agropecuárias familiares. Em 1996, a produtividade média do trabalho não familiar foi quase o sêxtuplo daquela contabilizada para a AF, porém, em 2017, esse valor era próximo de undécuplo. Isso significa que a difusão do progresso técnico entre as unidades produtivas da AF e da agricultura não familiar foi profundamente assimétrica, reforçando os problemas de heterogeneidade estrutural e produtiva entre os produtores agrícolas na região Centro-Oeste.

Nesse sentido, Castro (2021, p. 44) faz a seguinte advertência:

A partir da análise de algumas evidências estatísticas indiretas, extraídas do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), acerca de fatores relacionados com maior ou menor capacidade de os agricultores adotarem tais tecnologias, conclui-se que o risco de ampliação da desigualdade tecnológica entre agricultores familiares e não familiares existe, especialmente em regiões onde o perfil socioeconômico e o suporte a essas duas categorias de agricultores apresentam as maiores diferenças.

De acordo com Castro (2021), em 2017, 31,5% dos estabelecimentos de agricultores familiares da região Centro-Oeste utilizavam a prática de rotação de culturas, ao passo que quase 49% dos agricultores não familiares também adotavam essa prática agrônômica. Já em relação a aplicação do pousio ou descanso do solo nos estabelecimentos agropecuários, 17,6% dos agricultores familiares do Centro-Oeste o utilizaram, ao passo que 35,3% dos agricultores não familiares adotaram esse procedimento. Por sua vez, 20,9% dos estabelecimentos agropecuários da AF centro-oestina utilizaram o plantio direto na palha, enquanto 46,7% dos agricultores não familiares fizeram uso dessa prática.

Além disso, 27,6% dos estabelecimentos agropecuários da AF desse espaço regional realizaram adubação, enquanto 36,1% dos agricultores não familiares utilizaram essa inovação química; 30,6% dos estabelecimentos agropecuários do Centro-Oeste voltados para a AF utilizaram agrotóxicos, enquanto 36,9% dos agricultores não familiares adotaram esse tipo de inovação tecnológica.

Uma característica importante que deve ser ressaltada para o caso da estrutura agropecuária nacional, seja em seus vetores da AF, seja na agricultura não familiar, é que sua estrutura produtiva está cristalizada em uma heterogeneidade estrutural e produtiva, fruto de um processo de constituição de uma economia subdesenvolvida. Isso fica claro quanto ao uso das inovações tecnológicas neste setor econômico, uma vez que sua difusão não acontece de forma simétrica entre as unidades produtivas, no âmbito da AF ou no da agricultura não familiar, conformando, por conseguinte, trajetórias não convergentes de incrementos da produtividade do trabalho agropecuário.

Conforme destacou Souza Filho (2004, p. 2):

(...) o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com grande dotação de recursos – terra, capacitação, organização, conhecimento etc.

Além disso, há também assimetrias entre os agricultores familiares e não familiares naquilo que se refere à oferta de assistência técnica para a difusão do progresso técnico entre suas unidades produtivas. Para Pereira e Castro (2022, p. 56), os dados censitários de 2017

(...) indicam que uma menor proporção de estabelecimentos familiares em todas as regiões brasileiras recebe orientação técnica quando comparados aos não familiares. A grande maioria dos estabelecimentos familiares estão incluídos nas duas primeiras categorias de grupos (...), de 0 a 10 e de 10 a 50 hectares, justamente as que apresentam o menor percentual de estabelecimentos com recebimento de orientação técnica.

É importante salientar que a produção agrícola geral na região Centro-Oeste vem apresentando sucessivos crescimentos nos últimos tempos, particularmente impulsionados pela soja, que respondeu por quase 59% da participação no valor da produção das lavouras temporárias e permanentes (em 2021). Em seguida, vieram o milho, com 23,6%, o algodão herbáceo, com 8,2%, e, por fim, a cana-de-açúcar, com 5,4%; juntas, essas culturas responderam por quase 96% da participação no valor da produção das lavouras temporárias e permanentes na região Centro-Oeste em 2021.³⁰

30. Para maiores detalhes, consultar Pires (2023b).

Mesmo em um cenário de redução da participação produção da AF *vis-à-vis* a agricultura não familiar, é relevante realçar como está distribuída a participação do VBPA da AF centro-oestina, seja em seu vetor por produto, seja por Unidades da Federação (UFs), as quais edificam este espaço regional da AF.

TABELA 2

Centro-Oeste: participação do VBPA dos principais produtos agrícolas na estrutura da AF (2017)

(Em %)

Ordem	Cultura	Participação	Acumulado
1	Soja	54,3	54,3
2	Milho	20,8	75,1
3	Mandioca	10,1	85,1
4	Banana	5,8	90,9
5	Abacaxi	1,8	92,8
6	Arroz	1,8	94,6

Fonte: DAP.

No caso da distribuição espacial do VBPA da AF relacionada às DAPs ativas e válidas em julho de 2017, cujo valor foi de R\$ 1,53 bilhão para a região Centro-Oeste em um universo de 38 produtos, verifica-se que há uma concentração expressiva em seis produtos. Quer dizer, os seis principais produtos aglutinam quase 95% do VBPA da AF da região Centro-Oeste em 2017.

Esse fato é sensível para a questão da segurança alimentar e nutricional, uma vez que aponta para a excessiva concentração da produção da AF em *commodities agrícolas*, como a soja e o milho, que concentraram juntos pouco mais de 75% do VBPA da AF em 2017. Essas culturas possuem uma natureza aderente aos interesses das *tradings companies* que estão localizadas nas cidades de Anápolis, Goiânia e Itumbiara, no estado de Goiás, Corumbá e Ladário, no estado do Mato Grosso do Sul, e em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso.³¹ Sendo assim, seu objetivo não é abastecer o mercado interno com produtos da pauta da segurança alimentar e nutricional, mas sim servir às demandas das grandes empresas processadoras de alimentos para atender, em especial, ao bloco econômico formado por China, Hong Kong e Macau.

31. Para maiores detalhes, acessar informações referentes às empresas comerciais exportadoras habilitadas. Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/encontre-compradores/trading-brasileiras>.

TABELA 3

Centro-Oeste: participação do VBPA dos principais produtos na estrutura agrícola da AF por UF (2017)

(Em %)

UF	Soja	Milho	Mandioca	Banana	Abacaxi	Arroz
Distrito Federal	0,2	0,9	2,7	0,5	0,0	0,0
Goiás	42,9	44,9	28,0	73,9	74,5	21,3
Mato Grosso do Sul	24,6	31,8	41,9	3,1	3,4	27,6
Mato Grosso	32,2	22,4	27,4	22,5	22,0	51,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

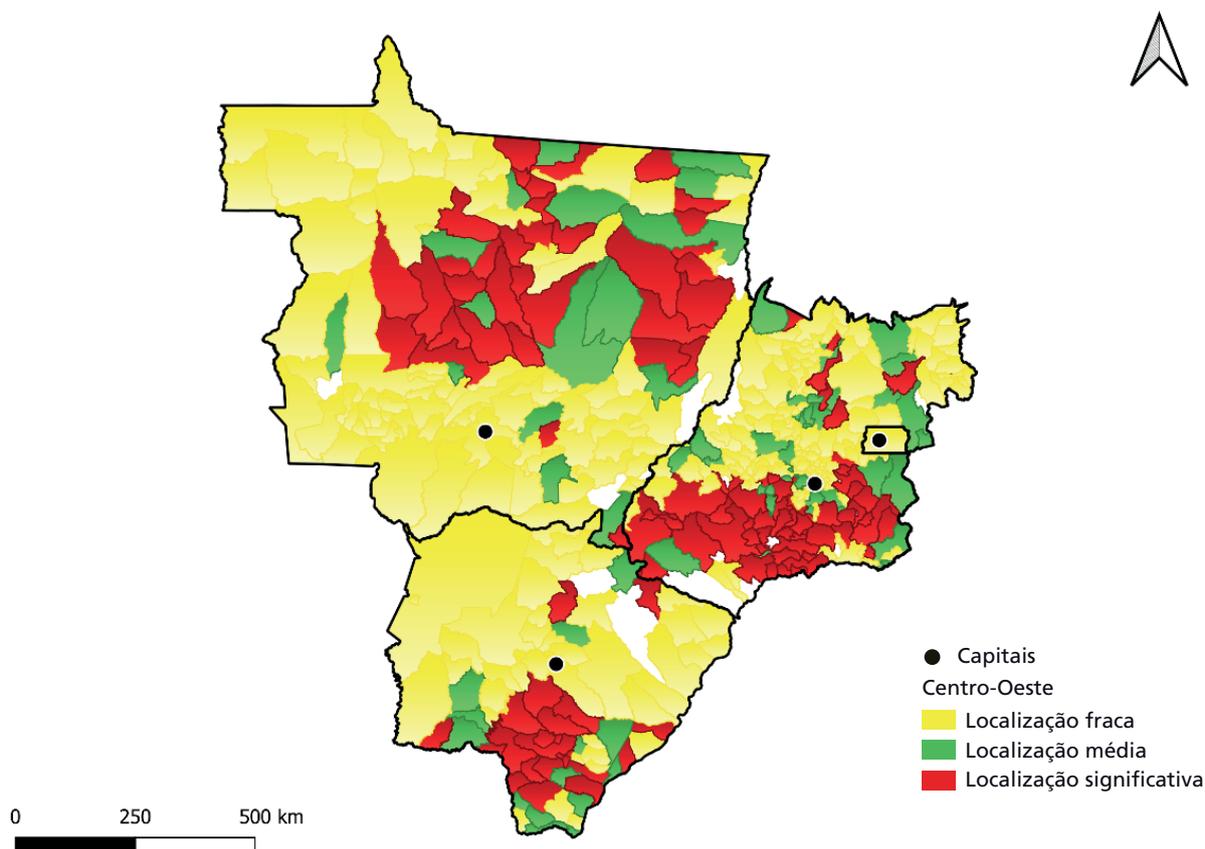
Fonte: DAP.

Como é destacado na tabela 3, o estado de Goiás apresentou a maior participação da produção de soja da AF no contexto da produção centro-oestina em 2017. Em seguida, vieram o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. No caso do Distrito Federal, sua produção foi marginal no cenário da região Centro-Oeste. Goiás também se manteve com a maior expressividade na participação da cultura do milho produzido pela AF na região Centro-Oeste, seguido de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e, por fim, de forma marginal, do Distrito Federal.

No caso das culturas típicas de mercado interno, observa-se que o estado que apresentou a maior participação na produção de mandioca proveniente da AF foi o Mato Grosso do Sul. Em seguida, vieram os estados de Goiás, Mato Grosso e finalmente o Distrito Federal. Já em relação à cultura da banana, constata-se que o estado que mais produziu, no contexto da AF centro-oestina, foi Goiás, seguido por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Por fim, o estado que apresentou a maior produção de abacaxi, entre os agricultores familiares da região Centro-Oeste, foi Goiás, seguido por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Já em relação à cultura do arroz, o estado do Mato Grosso apresentou maior expressão, seguido por Mato Grosso do Sul e Goiás.

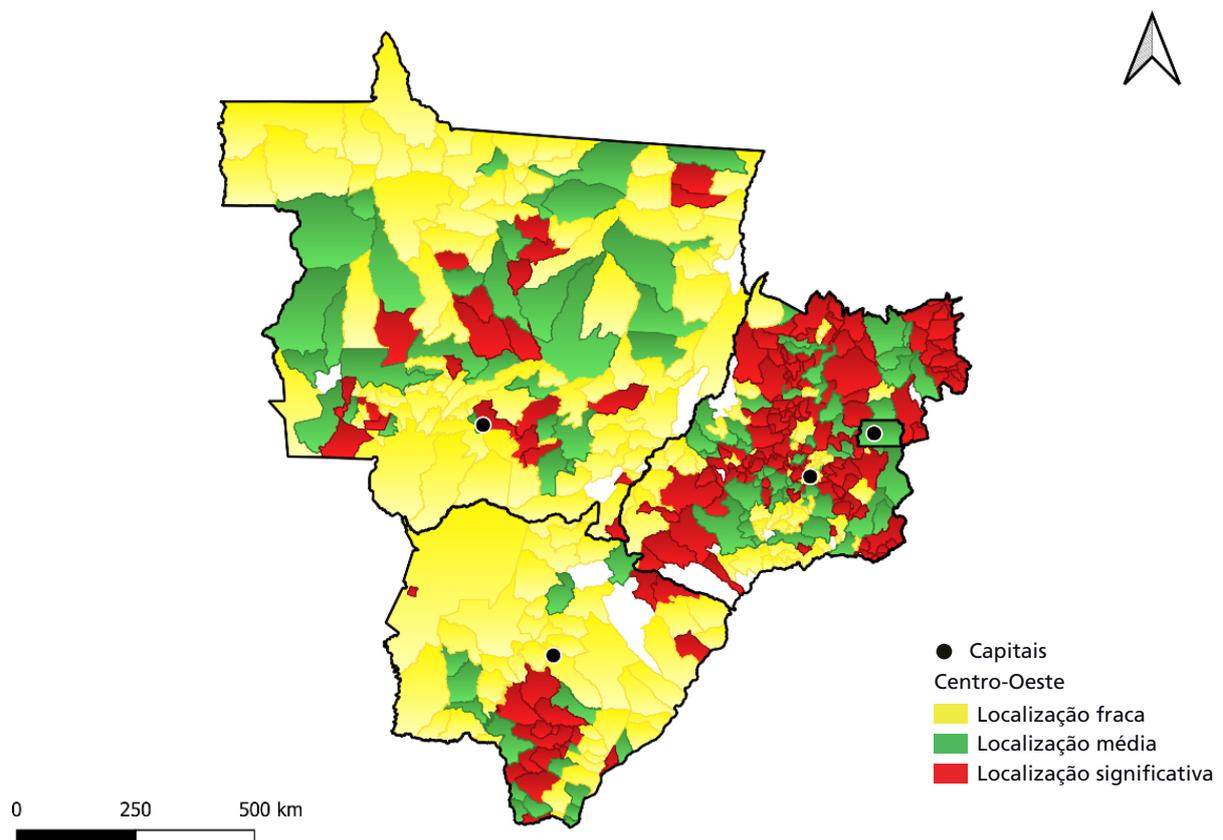
Quando se verifica o quociente locacional (QL) no espaço regional da AF da região Centro-Oeste, observa-se, conforme destacado em Crocco *et al.* (2009, p. 218), quais municípios "(...) em particular possuem especialização em uma atividade específica". Sendo assim, o indicador apresenta, de forma descritiva, a importância que uma cultura específica tem em relação ao contexto da estrutura produtiva da AF em uma região de referência, que no caso é o Centro-Oeste para 2017.

MAPA 1**Centro-Oeste: QL da cultura da soja (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

O mapa 1 destaca que há um arco de municípios que atravessa as regiões sudeste e sudoeste goianas, o qual concentra parte significativa dos agricultores familiares que produziram soja no estado. Além disso, há também pontos mais específicos com a presença de agricultores familiares, como no eixo norte do estado. Por sua vez, no Mato Grosso do Sul, os municípios que aglutinam parte significativa da produção de soja relativa à AF aglutinam-se no eixo de Campo Grande para o sul do estado, com alguns pontos mais ao norte, na fronteira com o estado de Goiás. Os agricultores familiares produtores de soja no estado do Mato Grosso centralizam-se na parcela centro-nordeste do estado e em alguns pontos ao norte.

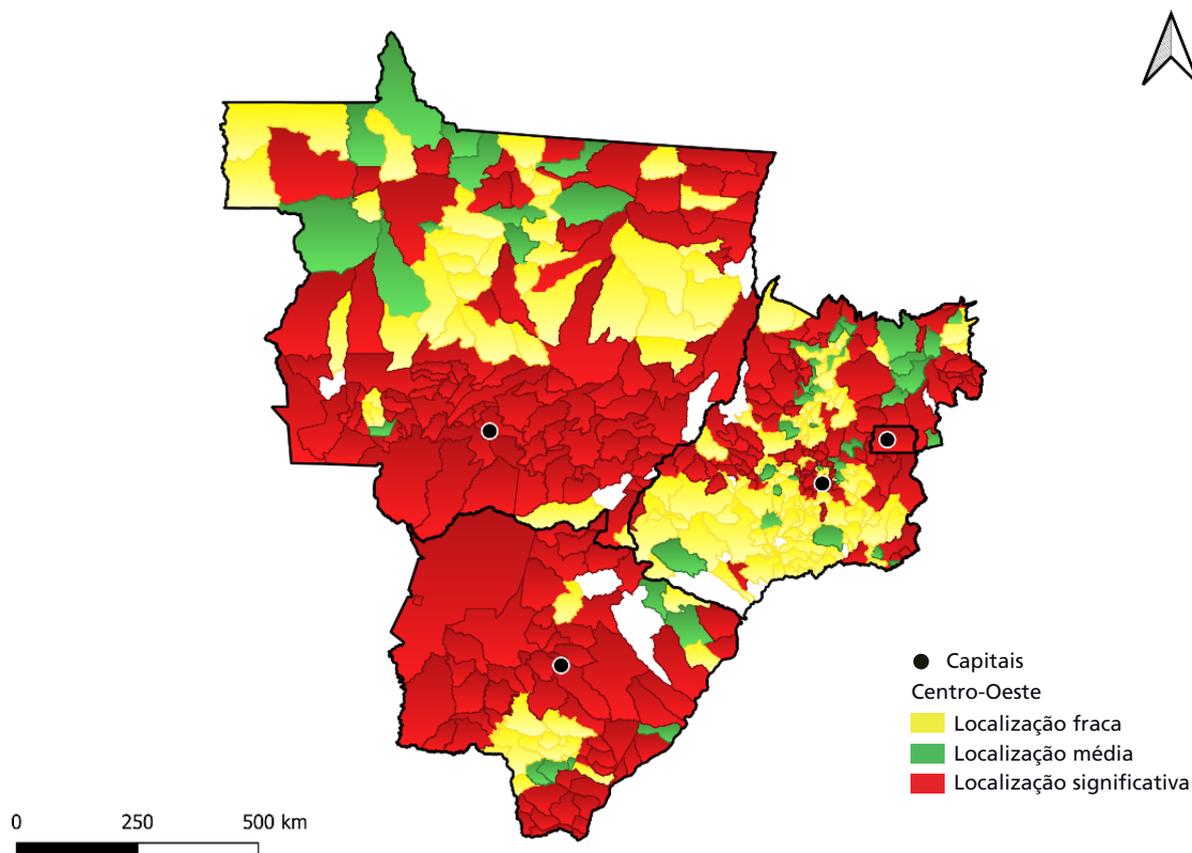
MAPA 2**Centro-Oeste: QL da cultura do milho (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

Em relação à cultura do milho, o mapa 2 destaca que os municípios que apresentaram produção significativa na região Centro-Oeste foram aqueles que se encontram espalhados ao longo do eixo sudoeste-centro-norte goiano, com algumas manchas próximas ao entorno de Brasília e Goiânia. Observa-se também uma mancha que se desloca no Mato Grosso do Sul no sentido de Campo Grande para o sul do estado e alguns pontos no nordeste junto à fronteira com o estado de Goiás.

No caso do Mato Grosso, constata-se uma mancha descontínua no eixo centro-sudoeste-sudeste, passando por Cuiabá, mas com alguns pontos mais ao nordeste do estado. No entanto, é importante destacar que, entre as UFs que constituem a região Centro-Oeste, Goiás foi o estado que concentrou maior número de municípios com produção significativa da cultura do milho.

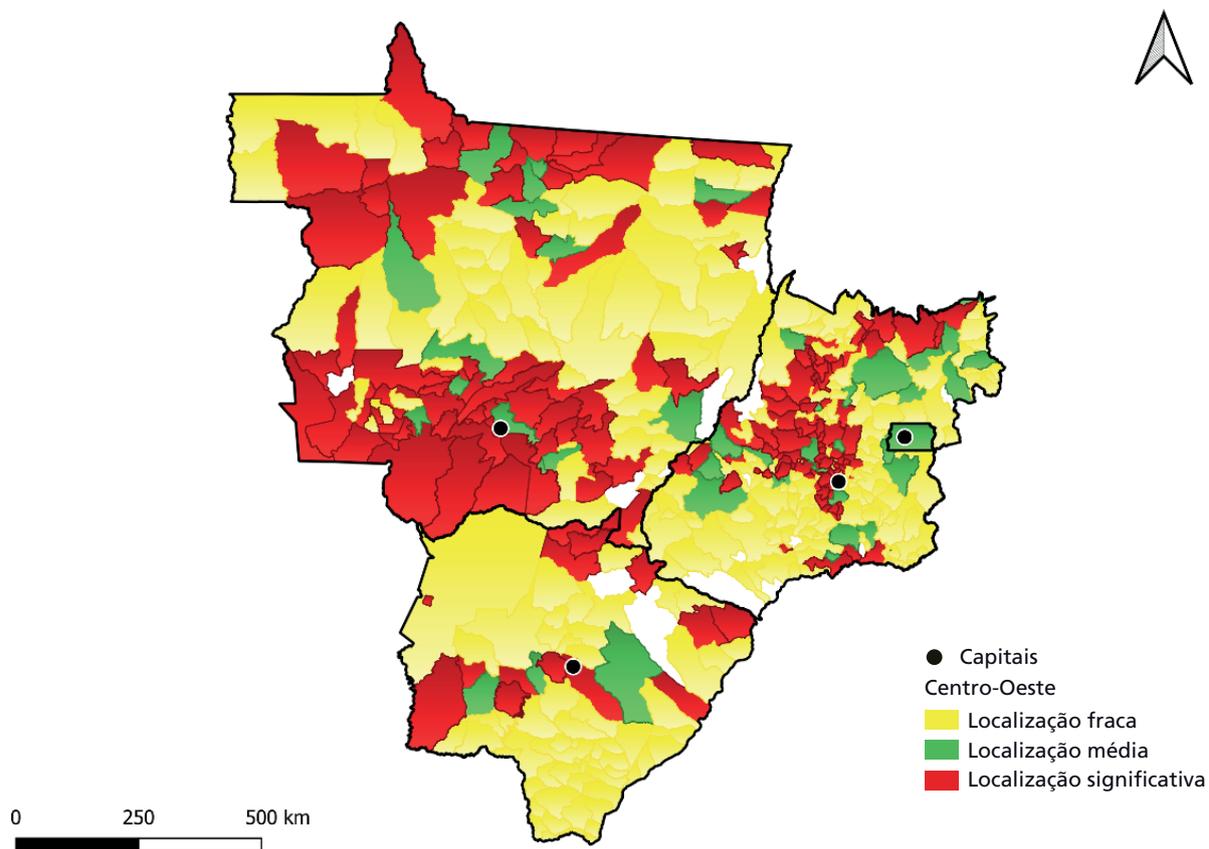
MAPA 3**Centro-Oeste: QL da cultura da mandioca (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

No caso da cultura da mandioca, um dos principais produtos da AF, sua produção está espalhada de forma significativa pelas UFs que edificam a região Centro-Oeste, conforme indicado pelo mapa 3. Em Goiás, há uma mancha considerável nas cidades que se encontram no entorno de Brasília, com dois eixos que irradiam para o norte do estado, para oeste e noroeste goianos e no entorno de Goiânia.

Em relação ao Mato Grosso, verifica-se uma mancha significativa de produção dessa cultura pelo eixo sudeste-sudoeste do estado, passando por Cuiabá, com extensões descontínuas avançando pelo nordeste e noroeste do estado. Por fim, há também uma porção significativa da produção no Mato Grosso do Sul, a qual se estende da região central do estado, atravessando Campo Grande, com duas bifurcações, as quais estão distribuídas pelo eixo sudoeste-noroeste, como também no nordeste-sudeste sul-mato-grossense.

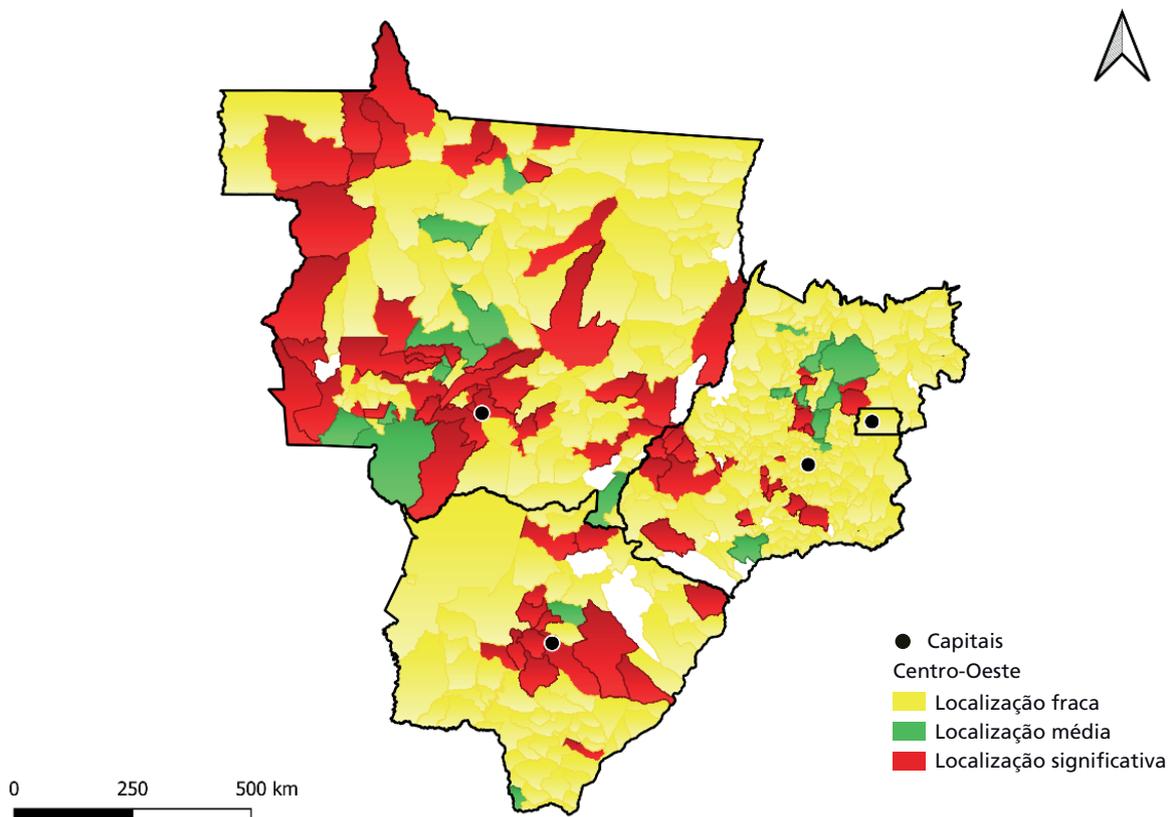
MAPA 4**Centro-Oeste: QL da cultura da banana (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

Em relação à cultura da banana, o mapa 4 destaca que sua produção foi significativa em 2017 na mancha que se espalha pelo eixo central de Goiás, passando por Goiânia e espalhando-se para a porção noroeste, com alguma dispersão descontínua no norte e no sudeste do estado. Há também uma produção significativa de banana no Mato Grosso, a qual concentra-se, predominantemente, nas regiões sudeste e sudoeste do estado, desdobrando-se no entorno de Cuiabá e no eixo que perpassa as regiões noroeste e nordeste mato-grossenses.

Já no caso do Mato Grosso do Sul, constata-se que a produção significativa de banana se localiza de forma descontínua no arco norte e nordeste e na faixa que penetra a região central do estado, passando por Campo Grande e avançando pela porção leste a oeste do sul mato-grossense.

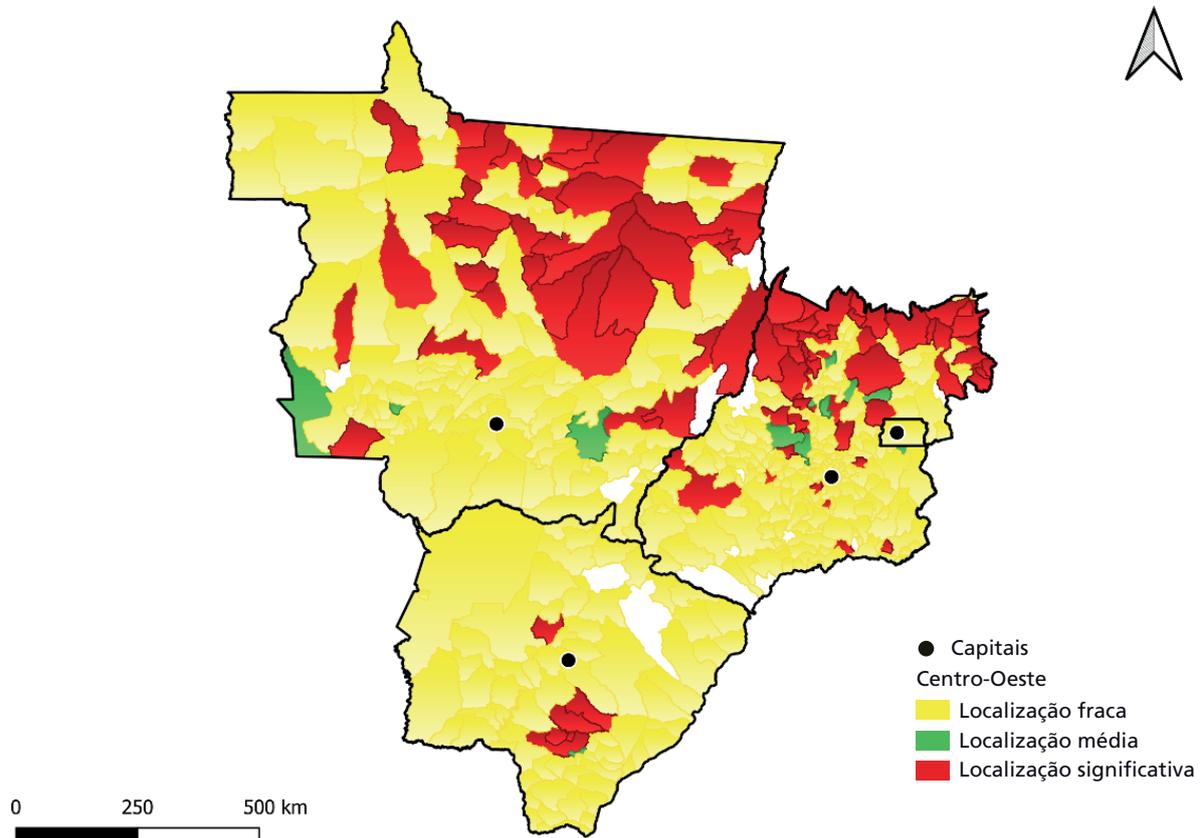
MAPA 5**Centro-Oeste: QL da cultura do abacaxi (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

A distribuição espacial da produção da cultura do abacaxi proveniente da AF em 2017, conforme destacado no mapa 5, encontra-se espalhada em manchas significativas e descontínuas no eixo sudeste-sudoeste goiano e também em alguns municípios próximos à capital federal. Há manchas significativas de produção de abacaxi no Mato Grosso do Sul que se encontram espalhadas no eixo sudeste-centro, passando por Campo Grande, e algumas localidades dispersas ao nordeste e ao norte sul-mato-grossenses.

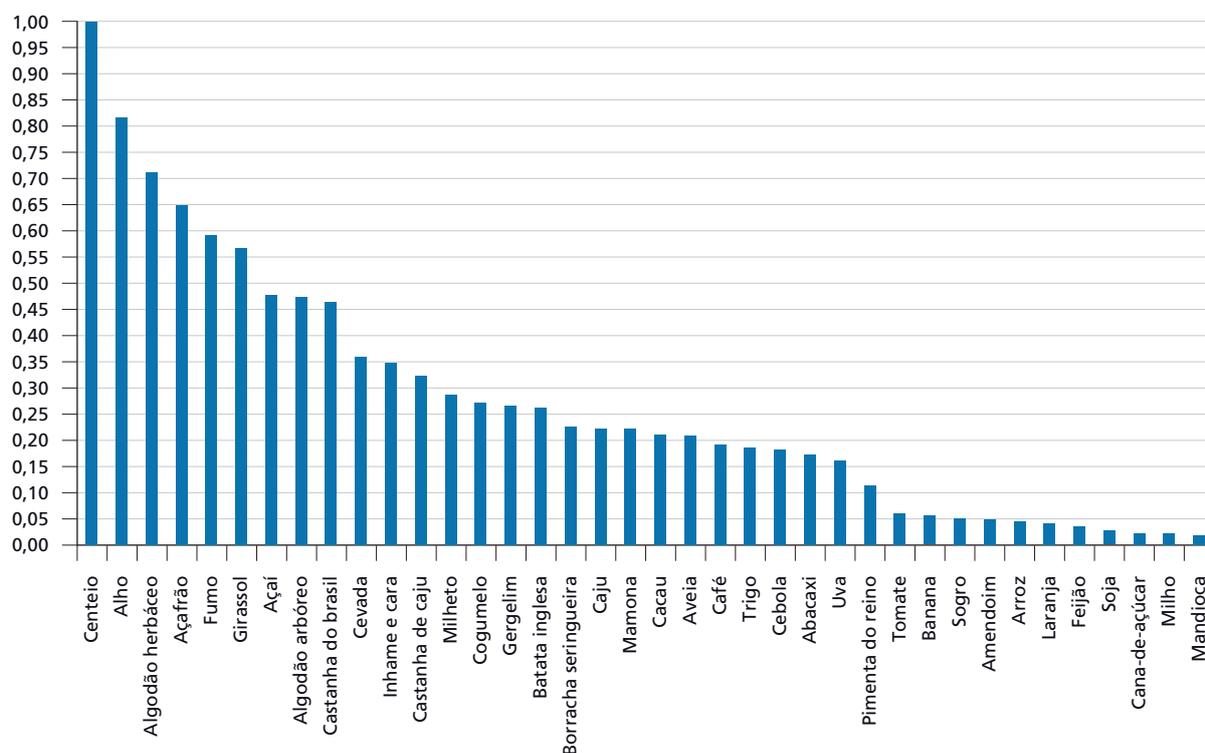
No estado do Mato Grosso, observa-se que a distribuição desta cultura se encontra mais espalhada por seu território *vis-à-vis* as demais UFs centro-oestinas. Há um eixo que corta o estado em uma mancha contínua e significativa entre o sudoeste e o noroeste mato-grossenses, e outra mancha que se direciona para a região central do estado, passando por Cuiabá. Há alguns municípios produtores de abacaxi significativos na região de fronteira com o estado de Goiás, e também ao norte do Mato Grosso.

MAPA 6**Centro-Oeste: QL da cultura do arroz (2017)**

Fonte: DAP.

Elaboração do autor.

Para a cultura do arroz, no mapa 6, observa-se que há predominância de municípios que apresentam uma produção significativa em uma mancha contínua que se localiza no eixo nordeste e noroeste de Goiás, com alguns municípios espalhados mais a oeste e sudeste do estado. No Mato Grosso do Sul, constata-se uma mancha de municípios mais ao sul de Campo Grande. Em relação ao estado do Mato Grosso, verifica-se que há uma parcela significativa de municípios que produzem esta cultura no estado, porém se concentram em uma mancha descontínua que projeta um vetor no eixo centro-nordeste do estado.

GRÁFICO 5**IHH para as culturas agrícolas da AF na região Centro-Oeste**

Elaboração do autor.

No caso da dispersão dos produtos da AF da região Centro-Oeste pelos municípios da região Centro-Oeste, o gráfico 5 destaca que as culturas da mandioca, do milho, da cana-de-açúcar, da soja, do feijão, da laranja, do arroz, do amendoim, do sorgo, da banana e do tomate apresentaram baixa concentração, quer dizer, encontraram-se com uma distribuição que exibiu maior grau de dispersão entre os municípios produtores dessas culturas no espaço agrícola da AF da região Centro-Oeste.

No caso das culturas da pimenta-do-reino, da uva e do abacaxi, observa-se que expressaram uma concentração moderada, ou seja, expuseram um grau de dispersão menor entre os municípios produtores no âmbito da região Centro-Oeste. Por fim, as culturas da cebola, do trigo, do café, da aveia, do cacau, da mamona, do caju, da borracha seringueira, da batata inglesa, do gergelim, do cogumelo, do milheto, da castanha de caju, do inhame e cara, da cevada, da castanha do brasil, do algodão arbóreo, do açaí, do girassol, do fumo, do açafrão, do algodão herbáceo, do alho e do centeio apresentaram alta concentração entre os municípios produtores no espaço agrícola da AF da região Centro-Oeste.

6 OBSERVAÇÕES FINAIS

As transformações nas estruturas produtivas da agricultura na região Centro-Oeste vêm acelerando o seu tempo de transformação a partir dos anos 1990, quando a Terapia de Choque proporcionada pelo Consenso de Washington estimulou os países da periferia do capitalismo de industrialização tardia, como o Brasil, a avançar suas reformas econômicas e sociais no sentido de promoverem maior integração e abertura comercial e financeira para os países centrais.

Desse modo, os Enid tornaram-se o meio natural para a integração das regiões nacionais às cadeias produtivas nacionais e internacionais. Sendo assim, a região Centro-Oeste deslocou seu estilo de desenvolvimento para atender à expansão da demanda dos mercados globalizados. Esses avanços se aceleraram depois de 2011, quando a RPC se tornou o principal parceiro comercial da região Centro-Oeste.

Por tudo isso, os capitais financeiros, corporações e indivíduos de alta renda, junto com as *tradings companies*, transformaram-se nos principais atores que financiaram parcela expressiva do processo de modernização das estruturas produtivas agrícolas da região Centro-Oeste. Com o eixo de expansão agrícola estabelecido, tendo a agricultura científica globalizada seu eixo financeiro e tecnológico, então os caminhos das vantagens comparativas ricardianas estavam determinados para a agricultura da região Centro-Oeste. Com esses crescimentos sucessivos, a região se tornou a maior produtora agrícola nacional.

Culturas relacionada com as *commodities* agrícolas avançaram pelo espaço agrícola da região Centro-Oeste de tal forma que, em 2021, a soja foi responsável por quase 59% da participação no valor da produção das lavouras temporárias e permanentes na região Centro-Oeste, seguida pelas culturas do milho, com 23,6%, do algodão herbáceo, com 8,2%, e, por fim, da cana-de-açúcar, com 5,4%. É nesse cenário de domínio das *commodities* agrícolas que se estabelece a indagação desta investigação, ou seja, compreender como se caracterizaram as estruturas agrícolas da AF centro-oestinas, em suas formas multiescalares, quanto aos seus aspectos de localização e especialização.

Esse questionamento se apresenta como a parte final da tríade investigativa que teve por fito analisar a estrutura agrícola em vários vetores multidimensionais. O primeiro na escala nacional, o qual encontra-se estabelecido em Pires (2023b), o segundo voltando-se para a agricultura em geral na região Centro-Oeste, que se encontra contemplado em Pires (2023c), e, por fim, o caso da AF na região Centro-Oeste.

Desse modo, observa-se, a partir do VBPA da AF relacionada às DAPs ativas e válidas em julho de 2017, que a estrutura agrícola da AF na região Centro-Oeste está reproduzindo, com as devidas proporções, o movimento mais geral da agricultura centro-oestina, que é a especialização regressiva em culturas condicionadas por *commodities* agrícolas, como a soja e o milho, que, juntos, responderam por pouco mais de 75% do VBPA da AF em 2017.

Este ponto torna-se de suma importância para o debate da segurança alimentar e nutricional, porque a AF tem um papel singular no processo de desenvolvimento econômico de uma nação, uma vez que sua função é produzir alimentos voltados para abastecer o mercado interno. O objetivo é reduzir os riscos de escassez de alimentos, desde que todos tenham acesso regular e permanente a eles e, com isso, reduzir também o perigo da fome e da carestia.

A AF da região Centro-Oeste, ao se tornar grande produtora de *commodities* agrícolas (soja e milho), desloca parcela importante da sua produção agrícola para atender às demandas provenientes, em especial do bloco econômico formado por China, Hong Kong e Macau, uma vez que seu espaço agrícola, com essas *commodities*, é penetrado de forma dispersa, alcançando muitos municípios produtores de soja e milho.

Em contrapartida, culturas voltadas para atender ao mercado interno ficam concentradas em poucos municípios, reduzindo sua importância no contexto agrícola familiar da região Centro-Oeste. Desse modo, o movimento de transformação da estrutura agrícola da AF centro-oestina está seguindo os mesmos caminhos das vantagens comparativas ricardianas vivenciados para a agricultura em geral, porém, com a especificidade de ocorrer em um cenário de redução da participação da AF no valor da produção regional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.
- AURELIANO, Liana. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHA, Carlos José Caetano (Org.). **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas: Unicamp; Unesp, 2003.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2007. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Raizes-da-concentracao-industrial-em-Sao-Paulo.pdf>.

CASTRO, César Nunes de. **Desigualdade tecnológica rural: breves considerações sobre possíveis tendências**. Brasília: Ipea, 2021. (Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 26).

_____. **Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. Brasília: Ipea, ago. 2023. 48 p. (Texto para Discussão, n. 2905).

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: Ipea, 1995.

CROCCO, Marco *et al.* Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/467>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil – 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor, 1998.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994a. 98p.

_____. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento**. Brasília: FAO/INCRA, 1994b. 24p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. *In*: FLOR, Francisco Hidalgo; HOUTART, François; LIZÁRRAGA, Pilar (Ed.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: propuestas y desafíos. Quito: Editorial Iae, 2014. p. 19-34.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, n. 17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8153>.

_____. **Território, capital financeiro e agricultura: land grabbing** e fronteira agrícola no Brasil. 2018. Tese (Livre-docência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.

FUCK, Marcos Paulo; BONACELLI, Maria Beatriz Machado. A necessidade de reorganização e de fortalecimento institucional do SNPA no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 1, p. 88-101, 2007.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. [s.l.]: Free Press, 1992.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto Di; BUAINAIN, Antônio Márcio. Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996-2017). *In*: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap13>.

HECK, Cláudia Regina. **A heterogeneidade socioeconômica como limitante do desenvolvimento do estado de Mato Grosso**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. **Glória de Dourados: datas e fatos**. [s.l.]: [s.n], 1982.

LIMA, Jandir Ferrera de. *et al.* Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Análise Econômica**, v. 24, n. 46, p. 7-25, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10845>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LUNAS, Divina; ORTEGA, Antônio César. A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. *In*: PEREIRA, Sebastião Lázaro; XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: Edufu, 2003.

MACEDO, Fernando César. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MATTEI, Lauro. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. São Paulo: Abet, 1998. (Coleção Abet – Mercado de Trabalho, vol. 4).

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MISSIO, Fabricio; RIVAS, Rozimare. Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, jun. 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Expansão da produção agrícola, novas tecnologias de produção, aumento de produtividade e o desnível tecnológico no meio rural**. Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2765).

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000a. v. 2, p. 567-587.

_____. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000b. v. 2, p. 609-650.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. 146 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

_____. **Uma sistematização da discussão sobre heterogeneidade industrial**: um olhar para além das regiões brasileiras – o caso do Centro-Oeste brasileiro. Brasília: Ipea, dez. 2016. (Texto para Discussão, n. 2257).

_____. **Estratégia de transformação econômica do Centro-Oeste**: o caminho externo. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2019. (Texto para Discussão, n. 2504).

_____. **O grau de heterogeneidade da estrutura agrícola da região Centro-Oeste segundo os Censos Agropecuários 1995, 2006 e 2017.** Brasília: Ipea, out. 2020. (Texto para Discussão, n. 2607).

_____. **Alcances, limites e contradições nos termos de troca entre as economias do Centro-Oeste brasileiro e seus parceiros comerciais: o caso do bloco econômico de China, Hong Kong e Macau.** Brasília: Ipea, set. 2023a. (Texto para Discussão, n. 2913).

_____. **Características das estruturas produtivas agrícolas regionais brasileiras entre 1995 e 2021.** Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2023b. (Texto para Discussão, n. 2914).

_____. **Singularidades das estruturas agrícola da região Centro-Oeste entre 1995 e 2021: um olhar por intermédio dos indicadores regionais de localização e especialização.** Rio de Janeiro: Ipea, 2023c.

PIRES, Murilo José de Souza; CAMPOS, Flávia Rezende. Contribuições das ferrovias Norte-Sul e Centro-Atlântica na expansão do vetor externo da economia do Centro-Oeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 4, p. 129-147, out./dez. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época.** 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAMOS, Pedro. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. *In*: RAMOS FILHOS, Luiz Octávio; ALU JÚNIOR, Osvaldo (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: Incra, 2005. v. 1, p. 87-128.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, vol. I e II.

SANTOS, Milton. (Org.). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. El concepto de agricultura familiar en América Latina. *In*: CRAVIOTTI, Clara (Org.). **Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidades, transformaciones y controversias.** Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, 2021.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

SCOLESCO, Fabiana (Org.). **Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0**: nova acumulação sob novo modo de produção – a natureza, os territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos? *In*: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano; ORTEGA, Antônio César. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Edufu, 1997.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SILVA, Sandro Dutra e. **No Oeste, a terra e o céu**: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alpha Ômega, 1976.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles *et al.* Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Brasília: Sober, 2004.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec; Editora Unicamp, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, v. 4).

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Edusp/Iosp/Hucitec, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Tese (Livre docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 23-56.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Neves de Souza da Cruz

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Maria Eduarda Mendes Laguardia (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

